



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GABRIELLY MARCELINO UCHÔA

**REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA PARA ALUNOS SURDOS, NA
CIDADE DE FORTALEZA - CE.**

FORTALEZA

2022

GABRIELLY MARCELINO UCHÔA

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA PARA ALUNOS SURDOS, NA
CIDADE DE FORTALEZA - CE

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso de Graduação
em Geografia do Centro de Ciências,
da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial à obtenção do
grau de Licenciado em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Alexsandra
Maria Vieira Muniz

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

U19r Uchôa, Gabrielly Marcelino.
Reflexões sobre o ensino de geografia para alunos surdos, na cidade de Fortaleza - CE □
/ Gabrielly Marcelino Uchôa. – 2023.
61 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro
de Ciências, Curso de Geografia, Fortaleza, 2023.

Orientação: Profa. Dra. Alexsandra Maria Vieira Muniz.

1. Inclusão. 2. Educação de surdos. 3. Ensino de Geografia. I. Título.

CDD 910

GABRIELLY MARCELINO UCHÔA

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA PARA ALUNOS SURDOS, NA
CIDADE DE FORTALEZA - CE.

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso de Graduação
em Geografia do Centro de Ciências,
da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial à obtenção do
grau de Licenciado em Geografia.

Aprovada em: ___ / ___ / _____

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Alexsandra Maria Vieira Muniz (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Thayana Brunna Queiroz Lima Sena
Especialização (UECE)

Querem Hapuque Monteiro Alves Muniz
Mestra em Educação (UFC)

A Deus.

A minha querida e amada avó Maria Célia (in memoriam) que sempre incentivou e apoiou os meus estudos, me deu forças para terminar a graduação.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus pela conquista de conseguir ingressar na universidade, e por toda a força que Ele me deu para superar momentos difíceis durante a graduação. Sem Ele nada disso seria possível.

Aos meus pais, Ana Paula e Talvânio que nunca pouparam esforços para que eu tivesse uma boa educação. Obrigada por tudo o que fizeram e ainda fazem por mim. Obrigada pela confiança, amor e dedicação. Este trabalho é uma prova que consegui chegar onde eles sempre quiseram me ver: formada em uma universidade pública. Graças a eles, estou prestes a realizar esse sonho.

As minhas irmãs, Grazielly e Layla, que ingressaram agora na universidade, e as quais tenho muito orgulho, espero poder ser uma pessoa a qual vocês tenham como exemplo.

A minha bisavó Maria Célia (*in memoriam*) que desde pequena esteve ao meu lado, nos bons e maus momentos. Serei eternamente grata por todo o amor e dedicação que ela sempre teve comigo, minha mãe e minha irmã. Obrigada por cada olhar de orgulho e admiração que me lançou durante a vida, por sempre estar feliz por cada conquista da minha vida. Minha vó adorava contar para todo mundo que eu tinha conseguido passar em três universidades (UECE, IFCE e UFC), ela tinha muito orgulho disso. Obrigada por me amar e por ter sido a melhor avó do mundo, eu te amo para sempre.

Aos meus melhores amigos Juliana e Valney, que sempre me apoiaram e incentivaram. Obrigada por cada conselho, cada ajuda, por estarem sempre ao meu lado em cada fase da minha vida, por cada conselho, por sempre me colocarem para cima. Amo vocês, e tudo o que nós três somos e representamos um ao outro.

Ao meu amigo Marcos, que ao longo da graduação esteve ao meu lado.

Aos amigos que fiz durante a graduação, Rina, Fabrício e Redner. Obrigada por cada ensinamento, cada ajuda, cada conselho e por sempre estarem ao meu lado.

Aos professores que conheci, que me ajudaram e ensinaram durante os estágios e bolsas durante a graduação: professor Paulão, professora Jocicléia, professora Márcia, professor Leonardo, professor Marcos, professora Raquel, professor Emanuel e professor David.

A professora Edivani que foi (e é) para mim uma das grandes referências nas disciplinas de ensino no curso de Geografia. Uma pessoa e profissional a qual tenho grande admiração, e que tive muito orgulho de ser aluna e bolsista.

A professora e orientadora Alexandra que sempre fora um exemplo dentro e fora de sala de aula. Durante a graduação me ajudou, me deu oportunidades, conselhos, ensinamentos. Uma pessoa muito importante para a minha formação acadêmica e pessoal. Obrigada por tudo.

RESUMO

A luta dos surdos em busca de igualdade e reconhecimento acontece há muito tempo. Ao longo dos anos eles estão tendo seus direitos aos poucos sendo garantidos e sua cultura respeitada, entretanto tudo isso ainda em passos lentos, pois há muito ainda para ser conquistado. A educação inclusiva também está ganhando espaço e ao longo dos anos, apesar de ser uma temática cada vez mais em evidência, ainda é pequeno o número de instituições inclusivas para o número de pessoas surdas que há no Brasil na prática, pois na teoria, segundo a lei todas são inclusivas. No contexto da inclusão, a aproximação do espaço escolar em duas instituições de ensino e acompanhando três diferentes professores, foi o que instigou o desenvolvimento do presente trabalho. A partir disso surge a seguinte questão: a partir do estudo de caso nas instituições citadas anteriormente, como estão sendo as práticas de ensino de Geografia para os alunos surdos? O objetivo deste trabalho é compreender a prática de ensino de Geografia para alunos surdos, nas escolas no contexto da inclusão em Fortaleza, através de uma pesquisa exploratória e uma pesquisa qualitativa (pesquisa de campo e entrevistas com os professores). Além de reflexões sobre como está o ensino de Geografia para os alunos surdos, e como diferentes metodologias podem melhorar tanto no desenvolvimento pessoal e social do aluno, e facilitar o entendimento da Geografia para os alunos surdos.

Palavras-chaves: Inclusão; Educação de Surdos; Ensino de Geografia.

ABSTRACT

The struggle of the deaf in search of equality and recognition has been going on for a long time. Over the years they have had their rights gradually secured and their culture respected, however all of this is still taking a slow pace, as there is still much to be conquered. Inclusive education is also gaining ground and over the years, despite being a topic that is increasingly in evidence, the number of inclusive institutions is still small for the number of deaf people in Brazil in practice, because in theory, according to the law are all inclusive. In the context of inclusion, the approximation of the school space in two teaching institutions and accompanying three different teachers, was what instigated the development of this work. From this, the following question arises: from the case study in the schools mentioned above, how are the practices of teaching Geography for deaf students? The objective of this work is to understand the practice of teaching Geography for deaf students, in schools in the context of inclusion in Fortaleza, through exploratory research, field research and interviews with teachers. In addition to reflections on how Geography teaching is for deaf students, and how different methodologies can improve both the student's personal and social development, and facilitate the understanding of Geography for deaf students.

Keywords: Inclusive; Deaf Education; Geography Teaching.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA	12
2.1 Educação Inclusiva No Brasil	15
3 EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL	18
3.1 LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	19
4 EDUCAÇÃO DE SURDOS EM FORTALEZA	22
4.1 Ensino de Geografia em uma escola Profissionalizante no contexto da Inclusão em Fortaleza	23
4.2 Ensino de Geografia em uma escola no contexto da Inclusão em Fortaleza	28
4.3 Reflexões sobre o Ensino de Geografia para alunos surdos	35
CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS	42
APÊNDICE A - ENTREVISTA APLICADA A EX PROFESSORA DE GEOGRAFIA DO ICES (REALIZADA EM 2022)	47
APÊNDICE B - ENTREVISTA COM O PROFESSOR DE GEOGRAFIA DA ESCOLA PROFISSIONALIZANTE (REALIZADA EM 2019)	50
APÊNDICE C - ARTIGO APRESENTADO NO CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO	53

1 INTRODUÇÃO

Durante muitas décadas no decorrer da história do mundo, os surdos foram negligenciados pela sociedade. Por não saberem se comunicar oralmente não eram considerados humanos, e essa era a idéia a respeito das pessoas surdas que rondou a Europa por vinte séculos (SOUZA, 2018).

A educação dos surdos surge na Europa em meados do século XVI, entretanto a primeira língua de sinais só surge dois séculos depois, com o Michel de L'Épé. Porém em 1880 os surdos são proibidos de se comunicarem através dos sinais, e somente um pouco mais de um século depois volta a ser falado sobre essa proibição e quando ela será revogada.

No Brasil, há mais de 60 anos são elaboradas leis e decretos acerca da educação inclusiva no Brasil. Até o século XX a educação brasileira ignorava as pessoas com deficiência. Para o governo brasileiro, há alguns anos, se uma criança nascia deficiente, a responsabilidade era totalmente dos pais. (ANTUNES, 2008).

Com essas leis e decretos é possível observar pequenos avanços na vida escolar dos alunos com deficiência, como por exemplo: a implantação de políticas públicas e melhorias nas estruturas físicas das escolas. Porém ainda é muito pouco o que essas pessoas conquistaram para que a inclusão de fato aconteça na educação básica. (SILVEIRA, 2020).

No Brasil apenas em 1857 que os surdos começam a ganhar espaço na educação, com a criação do Colégio Nacional para Surdo-Mudo, atualmente conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos.

A escola deve ser progressivamente preparada para aceitar alunos com deficiência e, mais do que isso, garantir o desenvolvimento adequado das capacidades intelectuais e cognitivas. Para que seja implantada, os governos possuem grande influência, de forma que a Educação Inclusiva deve estar no topo das prioridades políticas e financeiras. Políticas públicas devem prever recursos financeiros que venham favorecer que a inclusão dessas pessoas saia do papel e se torne uma realidade, pois demanda professores capacitados, ambientes adaptados, recursos materiais e/ou tecnológicos que facilitem o ensino e o aprendizado desses alunos. (SILVEIRA 2020, p. 8)

E somente em 2002 é aprovada a lei que torna a Língua Brasileira de Sinais como forma de comunicação e expressão das pessoas surdas do Brasil.

É imprescindível a estruturação de uma metodologia diferenciada para a educação de pessoas surdas. O desenvolvimento da leitura e da escrita é distinto da fala. Para que se garanta aprendizagem e construção de conceitos, cada ator escolar, professores, intérpretes, alunos surdos e ouvintes, diretores, familiares devem aprender a LIBRAS (FALCÃO, 2007).

No Brasil, de acordo com o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, há quase 10 milhões de pessoas surdas no país, mas será que todas essas pessoas já frequentaram ou frequentam a escola? Será que em todos os estados brasileiros existem escolas especiais e inclusivas para todos? De acordo com o Censo Escolar 2021 realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), no Brasil havia cerca de pouco mais de 22.000 alunos com surdez matriculados nas escolas em 2021.

A partir de estágios realizados em algumas escolas inclusivas de Fortaleza, a fim de analisar como é o ensino da Geografia para o público surdo, foi o que instigou o desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso, através de observações do trabalho na escola, a aprendizagem dos alunos e o trabalho de todo o corpo docente, com vista a observar como é o ensino e o que pode ser melhorado (SATO; FORNEL, 2007).

Diante disso, surge a problemática do trabalho: A partir do estudo de caso nas duas instituições de ensino, como estão sendo as práticas de ensino nas aulas de Geografia para os alunos surdos?

O objetivo principal deste trabalho é compreender a prática de ensino de Geografia para os alunos surdos, nas escolas de Fortaleza. Descrever de forma resumida um pouco da história da educação inclusiva no Brasil, analisar o ensino de Geografia para alunos surdos, comparar as situações de ensino da Geografia entre os professores e refletir sobre o processo de formação e ensino dos docentes, são o que formam os objetivos específicos deste trabalho.

A metodologia utilizada para este trabalho é uma pesquisa de caráter exploratória, através do estudo de caso realizado no ano de 2019 em uma escola profissionalizante de tempo integral no contexto da educação inclusiva, e nos anos de 2020 e 2022 no ICES, escola que também está inserida no contexto inclusivo, onde pude reunir as informações para este trabalho. Ambas as escolas estão localizadas na cidade de Fortaleza. Como procedimentos foi realizada uma entrevista com dois dos três professores que foram acompanhadas durante algumas aulas; também foi utilizado a análise de documentos como o Projeto Político Pedagógico de uma das escolas visitadas; e a pesquisa de campo onde acompanhei algumas aulas de Geografia para alunos surdos; além da pesquisa bibliográfica feita em livros, artigos e monografias.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os primeiros artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em dezembro de 1948, garante que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Isso, sem excluir ninguém por conta de alguma particularidade.

Em 1990 na Tailândia, ocorreu a Conferência Mundial sobre Educação para todos, que foi reconhecida na Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática na área das necessidades educativas especiais, realizada na Espanha, em 1994. A partir dessa declaração tudo mudou acerca da educação inclusiva.

Em resumo, é um documento que foi criado para que os países vejam a necessidade de políticas públicas e de educação que possam atender a todas as pessoas igualmente. Independente de condições econômicas, sociais, pessoais e socioculturais. A Declaração de Salamanca tem como um dos objetivos, a igualdade de direitos para todas as pessoas a respeito de uma educação de qualidade.

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 3)

Na declaração de Salamanca, é posto que é de suma urgência e importância que seja providenciado educação para todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais. Educação essa que deve ser no sistema regular de ensino. E ainda é dito algumas demandas que os governantes devem seguir:

3. Nós congregamos todos os governos e demandamos que eles:
 - atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.
 - adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma.
 - desenvolvam projetos de

demonstração e encorajem intercâmbios em países que possuam experiências de escolarização inclusiva.

- estabeleçam mecanismos participatórios e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais.
- encorajem e facilitem a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais.
- invistam maiores esforços em estratégias de identificação e intervenção precoces, bem como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva.
- garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 1-2)

Atualmente a educação inclusiva é um assunto que está cada vez mais em evidência, por conta de sua importância. O direito à educação é um direito fundamental para todos os habitantes de um país, onde alunos com ou sem deficiência têm o direito de receber a mesma qualidade de educação.

Mas, o que é educação inclusiva?

A educação inclusiva é um conjunto de processos educacionais consequente da realização de políticas que impedem qualquer forma de isolamento e segregação. A educação inclusiva garante que toda criança, independente de suas particularidades, tenha acesso ao Ensino Fundamental, ensino este, que é obrigatório a todo cidadão brasileiro (CARNEIRO, 2008).

No entanto, a história das idéias sobre educação deixa evidente que pouco ou nada se tinha de inclusiva, seja em termos da universalização do acesso, seja por em termos de qualidade do que era oferecido. Hoje em dia, o panorama é, felizmente, outro, pois temos mais consciência acerca dos direitos humanos, embora a prática da proposta de educação inclusiva ainda não conte com o consenso e unanimidade, mesmo entre aqueles que defendem a ideia. (CARVALHO, 2007, p. 26)

É importante frisar que educação especial e educação inclusiva não são a mesma coisa. Na educação especial os alunos com deficiência ficam em turmas e/ou instituições diferentes das classes e escolas comuns, onde são separados dos demais alunos. Já a educação inclusiva é onde todos os alunos com ou sem deficiência fazem parte das escolas regulares, dentro do mesmo contexto escolar. Um dos objetivos da educação inclusiva é o desenvolvimento social dos alunos, onde eles aprendem a respeitar as diferenças e a ter empatia tanto dentro quanto fora da sala de aula.

Outro ponto importante e deve ser esclarecido é não confundir dificuldades e transtornos de aprendizagem com deficiência. O aluno que possui dificuldade de aprendizagem é aquele que não consegue acompanhar o ritmo de sala de aula, não consegue realizar as atividades devido a fatores externos. Já o transtorno de aprendizagem tem ligação a disfunções do sistema nervoso central e estão relacionados a problemas da cognição, como por exemplo o TDAH e a dislexia (CANCIAN; MALACARNE, 2019).

Infelizmente ainda existem professores e familiares que são resistentes à educação inclusiva, por conta de inseguranças em relação ao trabalho escolar que é realizado nas escolas regulares. Alguns pais e responsáveis acreditam que escolas inclusivas possam ser um obstáculo para a aprendizagem de seus filhos, pois os professores precisam estar atentos e atender ao ritmo e limitações dos alunos com deficiência. (CARVALHO, 2007)

É importante que seja proporcionado dentro da escola aos alunos com deficiência, inúmeras oportunidades onde eles possam desenvolver seus talentos e habilidades. O convívio com outras crianças também é muito importante para que quando esses alunos se tornarem adultos, possam ter um ajustamento social satisfatório (CARDOSO, 2012).

As escolas inclusivas são escolas para todos, implicando num sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer dos alunos. [...] todos os alunos que, por inúmeras causas, endógenas ou exógenas, temporárias ou permanentes, apresentem dificuldade de aprendizagem ou no desenvolvimento. (CARVALHO, 2007, p. 29.)

A inclusão de pessoas diferentes não deve ser um ato de bondade, e sim um ato de grandeza (ANTUNES, 2008).

Entretanto, não são todas as escolas regulares que estão aptas para atender aos alunos com deficiência, tanto por falta de estrutura física e pedagógicas, sejam elas instituições públicas ou privadas.

Outro problema encontrado é que muitos professores não sabem como lidar com esse público, pois infelizmente não tiveram acesso e nem encaminhamentos durante a sua formação. Principalmente os professores com mais tempo de magistério, tendo em vista que a educação inclusiva é uma temática que está sendo inserida aos poucos nos currículos universitários nos últimos anos. Mas

ainda sim, não todos os cursos de licenciatura que abordam e trabalham essa temática.

Os professores alegam (com toda razão) que em seus cursos de formação não tiveram a oportunidade de estudar a respeito, nem de estagiar com alunos da educação especial. Muitos resistem, negando-se a trabalhar com esse alunado enquanto outros os aceitam, para não criarem áreas de atrito com a direção das escolas. Mas, felizmente, há muitos que decidem enfrentar o desafio e descobrem a riqueza que representa o trabalho na diversidade. (CARVALHO, 2007, p. 27)

2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

A educação inclusiva no Brasil infelizmente não tem a devida atenção, é pouco valorizada e recebe pouco investimento. Entretanto, a passos lentos, está ganhando espaço através dos ambientes que estão sendo criados, e das escolas regulares que estão se tornando inclusivas (SANTOS; SANTOS, 2013).

Desde 1961 até os dias atuais, foram feitos decretos e leis acerca da educação inclusiva no Brasil. Alguns por serem mais antigos não possuem mais validade e acabaram sendo substituídos por novos decretos ao decorrer dos anos.

Em 1961 foi criada a Lei de Nº 4.024. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) falava que as pessoas com deficiência devem se enquadrar no sistema geral de educação, para que eles possam ser integrados na sociedade (BRASIL, 1961).

Em 1971 foi criada durante o regime militar a segunda lei de diretrizes e bases educacionais, que substituiu a de 1961, a Lei de Nº 5.692. Em resumo falava que os alunos com deficiência (físicas e mentais), que sejam superdotados ou que mesmo com a idade regular de matrícula estejam atrasados, esses alunos deverão ir para instituições especiais, e não para a rede de ensino regular. Fazendo com que esses alunos ficassem segregados (BRASIL, 1971).

Em 1988 é decretada a Constituição Federal. O artigo 208 trata que todo indivíduo, dos quatro a dezessete anos tem por direito educação básica gratuita e de qualidade. Além disso, ainda afirma que é dever do Estado prover atendimento especializado para os alunos com deficiência (BRASIL, 1988).

Em 1989 a Lei de Nº 7.853, sobre o apoio e a integração na sociedade das pessoas com deficiência. É obrigatória e gratuita a oferta da educação especial

nas escolas públicas. Além disso, na lei também é garantido material e merenda escolar (BRASIL, 1989).

Em 1990 é decretada a Lei de Nº 8.069, mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, que garante o atendimento educacional especializado para todas as crianças com deficiência que estão nas escolas de ensino regular. Além de garantir proteção ao adolescente com deficiência e prioridade de atendimento nas políticas públicas de prevenção e proteção para famílias com essas crianças e adolescentes (BRASIL, 1990).

Em 1996 a Lei Nº 9.394, mais conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), possui um capítulo voltado para a educação inclusiva. Nele é afirmado que quando necessário haverá atendimento especializado, na escola regular para atender a esses alunos. Além de falar sobre a formação de professores, formação de currículos, novos métodos para atender às necessidades das crianças com deficiência, transtornos de desenvolvimento, altas habilidades e/ou superdotados (BRASIL, 1996).

Em 1999, o decreto de nº 3.298, sobre Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Aqui, sobre a educação, o decreto afirma que a educação especial é um complemento do ensino regular (BRASIL, 1999).

Em 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE), ou, lei nº 10.172, afirmava que a educação especial deveria ser promovida em todos os níveis de ensino. E, a garantia de vagas nas escolas de ensino regular para os alunos com diferentes tipos de deficiência (BRASIL, 2001).

Em 2002, a resolução CNE/CP nº1/2002, oferta diretrizes nacionais para a formação dos professores, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. E que nessa formação devemos ser incluídos conhecimentos acerca da educação inclusiva (BRASIL, 2002).

Em 2002, através da lei nº 10.436/02 o Brasil reconheceu como meio legal de expressão e comunicação, a Língua Brasileira de Sinais. E em 2005 é regulamentada a lei anterior e aqui, a LIBRAS deve ser inserida como disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura e fonoaudiologia (BRASIL, 2002).

Em 2006 é realizado pelo Ministério da Educação (MEC), Ministério da Justiça, UNESCO e Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Uma das metas é a inclusão nos currículos escolares de temas relacionados às pessoas com deficiência.

Em 2007 se tem o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que aborda sobre a acessibilidade nas estruturas das escolas, na formação dos professores e das salas de recursos multifuncionais.

Em 2007 também teve o decreto de nº 6.094/07, destacando o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, e ainda reforça a inclusão das pessoas com deficiência no ensino público regular (BRASIL, 2007).

Em 2008 o decreto nº 6.571 fala sobre o atendimento educacional especializado (AEE), reforçando que o AEE deve estar incluído no projeto pedagógico da escola (BRASIL, 2008).

Em 2011, através do decreto nº 7.611, é revogado o decreto de 2008, e são acrescentadas novas diretrizes. Uma delas é que o sistema educacional seja inclusivo em todos os níveis, e é proibido a exclusão de alunos do sistema educacional por conta de deficiência (BRASIL, 2011).

Em 2019, o decreto de nº 9.465, onde é criada a Secretaria de Alfabetização e a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, extinguindo a Secadi. A última secretaria é formada por três frentes: diretoria de acessibilidade, mobilidade, inclusão e apoio a pessoas com deficiência; diretoria de políticas de educação bilíngue de surdos; e diretoria de políticas para modalidades especializadas de educação e tradições culturais brasileiras (BRASIL, 2019).

3 EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

Antes da oralidade, os habitantes da era pré-histórica se comunicavam através dos manuseios das mãos. Aos poucos a oralidade foi ficando cada vez mais dominante e as pessoas surdas começaram a ser afastadas da sociedade. Na Grécia quem era surdo não era considerado um indivíduo, pois para eles quem não possuía fala não possuía conhecimento.

Na idade moderna surgiu o primeiro professor de surdos, um monge espanhol chamado Pedro Ponce de León. Ele ensinou seus alunos a lerem e a escreverem, e mostrou para a sociedade da época que é possível sim fazer com que os surdos aprendam.

Charles-Michel de L'Épée foi um professor surdo francês que foi o primeiro a criar, na metade do século XVIII, um alfabeto de sinais para conseguir alfabetizar os alunos surdos. Foi o grande nome para o desenvolvimento de uma língua de surdos, e por isso é considerado o pai dos surdos.

Com o decorrer dos anos da história brasileira, a educação inclusiva vai aos poucos ganhando espaços com a criação de leis e decretos. Com a abertura de instituições, começa a surgir um novo ideal de educação, onde todos, sem restrições, são incluídos (Souza et al, 2020).

Em 1857, é fundado o Colégio Nacional para Surdos-Mudos, que atualmente funciona como Instituto Nacional de Educação de Surdos. O colégio foi criado por um professor francês chamado Ernest Hunt, a convite do imperador da época Dom Pedro II. A escola foi referência em toda a América Latina, e as famílias mais ricas do continente que tinham pessoas surdas na família, os enviaram para lá. A fundação dessa escola foi o início da escolarização para as pessoas surdas no Brasil.

Com a chegada da república teve seu nome alterado para Instituição Nacional de Surdos-Mudos, entretanto o perfil continuava com o mesmo objetivo: instrução literária e ensino profissional. O ensino literário era: língua portuguesa, matemática elementar, história e Geografia do Brasil. Já o ensino profissional tinha-se: arte tipográfica, ofício de encadernador, de dourador, de sapateiro e ginástica. E todos os alunos deveriam receber uma parte dos lucros sobre os produtos que eles fabricavam e que eram vendidos. (CABRAL, 2019).

Infelizmente em 1908, um decreto foi lançado proibindo as pessoas surdas de se comunicarem através dos sinais, por conta do Congresso de Milão. Realizado em 1880, o Congresso de Milão teve somente pessoas ouvintes votando, e em uma dessas votações acabaram por retirar o direito que os surdos tinham de se comunicarem através da língua de sinais na sociedade e nas escolas. Além disso, também foi introduzida a filosofia oralista como método de ensino para todas as disciplinas do instituto.

Já no ano de 1957, foi um período marcado por campanhas voltadas para as pessoas com alguma deficiência. Dentre elas, foi instituída a Campanha para Educação do Surdo Brasileiro (CESB), pelo Decreto nº 42.728, com o intuito de promover medidas importantes para a educação e assistência às pessoas surdas, em todo o território nacional. (SOUZA et al, 2020).

Setembro é considerado um mês importante para a cultura surda, é conhecido como Setembro Azul. Isso, pois o mês conta com alguns dias que são importantes para eles como:

- 01 de setembro: dia que marca a lei nº 12.319, que regulamenta o trabalho de tradutor e intérprete da LIBRAS;
- 10 de setembro: Dia Mundial da Língua de Sinais. É uma data importante pois representa a luta e resistência dos surdos continuarem usando a língua de sinais, que tinha sido proibida no mundo todo durante o Congresso de Milão, em 1880;
- 26 de setembro: Dia Nacional do Surdo;
- 30 de setembro: Dia Internacional do Surdo e Dia do Tradutor/Intérprete.

3.1 LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

A linguagem permite ao homem compartilhar significados e então reconhecer o sofrimento humano, bem como percepções de dor ou prazer, permitindo-lhe expressar ao outro o reconhecimento que tem sobre seus sentimentos (BARBOSA et al, 2003).

A convite de Dom Pedro II, Ernest Hunt veio ao Brasil para fundar a primeira escola para surdos, o Colégio Nacional para Surdo-Mudos, atual INES. Na época os alunos surdos utilizavam a língua francesa de sinais, então a criação da LIBRAS foi uma mescla com a francesa. Desde essa época os surdos buscam pelo

reconhecimento da língua de sinais, mesmo com a proibição em 1880 os surdos não pararam de lutar. Em 1993 foi lançado um projeto de lei para regulamentar a LIBRAS no país, porém ela só foi realmente reconhecida como língua em 2002, através da lei nº 10.436/02.

Além disso, surgiram outras leis para garantir os direitos da comunidade surda no Brasil, mas mesmo assim a LIBRAS ainda é pouco conhecida e usada pelos ouvintes. Mesmo sendo considerada uma língua, não são todas as escolas que possuem LIBRAS como matéria obrigatória igual ao inglês por exemplo. No nível superior não são todos os cursos que possuem a LIBRAS como obrigatória em seus currículos.

2004: Lei que determina o uso de recursos visuais e legendas nas propagandas oficiais do governo;
2008: Instituído o Dia Nacional do Surdo, comemorado em 26 de setembro, considerado o mês dos surdos;
2010: Foi regulamentada a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras;
2015: Publicação da Lei Brasileira de Inclusão (ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, que trata da acessibilidade em áreas como educação, saúde, lazer, cultura, trabalho, etc;
2016; Anatel publica resolução com as regras para o atendimento das pessoas com deficiência por partes das empresas de telecomunicações. (BOGAS, 2017).

Na Libras os sinais obedecem a sua própria gramática, onde os fonemas são equivalentes aos quiremas, que são representados pelas configurações de mãos. A língua de sinais é totalmente visual, onde os sinais ganham sentido quando a configuração das mãos estão aliadas aos movimentos, direção e expressões faciais. Elementos essenciais para a construção de um sinal.

Adquirida a língua de sinais, irá possibilitar aos surdos entender o que se passa ao seu redor, ter o conhecimento de mundo e não ser meros decodificadores. É através da escrita que o ser humano consegue expor ideias e experiências, com ela é possível desenvolver o raciocínio e a ampliação dos processos sociocomunicativos (MENDONÇA, 2018).

Outro ponto importante é o bilinguismo, que defende o ensino de duas línguas aos surdos no ambiente escolar, sendo a primeira a LIBRAS, e a segunda o português. É importante que ela primeiro aprenda a LIBRAS, por ser a sua língua natural, para só depois ela possa ser alfabetizada na língua portuguesa (modalidade escrita).

Infelizmente não são todos os alunos que chegam à escola com o domínio da LIBRAS e sem conhecer a cultura surda. Isso se dá pelo fato de que muitos surdos nascem em famílias onde só tem ouvintes. E em vez dos pais ouvintes ajudarem os filhos surdos a conhecerem sua cultura e língua, eles vão atrás de métodos para que o filho volte a escutar.

Importante salientar que não são todas as pessoas surdas que sabem e utilizam a LIBRAS como forma de comunicação.

4 EDUCAÇÃO DE SURDOS EM FORTALEZA

Em Fortaleza se encontra uma escola bilíngue para surdos, o Instituto Cearense de Educação para Surdos (ICES), localizado no bairro Aldeota. Foi fundada em 25 de março de 1961, pelo professor de linguística da Universidade Federal do Ceará e Universidade Estadual do Ceará, Hamilton Cavalcante de Andrade. É uma escola com turmas de Ensino Fundamental II, Ensino Médio, e Educação para Jovens e Adultos I e II, e funciona nos três turnos.

O ICES é a primeira e única Instituição Pública Estadual do Ceará para a Educação de Surdos, entretanto, também recebe alunos surdos com outras deficiências associadas à surdez.

Hamilton após conhecer o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), localizado no Rio de Janeiro e o trabalho ali desenvolvido, teve a ideia de criar uma instituição na capital cearense que fosse como o INES. Procurou apoio do Governo do Estado do Ceará, e a instituição foi criada, por determinação do governador do estado na época, José Parsifal Barroso.

Em meados dos anos 60, a educação era considerada um instrumento de mobilidade social (LIMA et al, 2016). Não tinha formação para professores atuarem em escolas inclusivas. Hamilton garantiu que além da criação do instituto, tivessem uma capacitação para os professores e profissionais do ICES.

Desde sua fundação, até a década de 80, o instituto utiliza a filosofia oralista nas salas de aula. Após questionamentos se o método oralista era realmente eficaz para os alunos surdos, na década de 90 é instituída a Comunicação Total como uma nova abordagem para as aulas. A Comunicação Total tem como principal objetivo valorizar a comunicação e a interação entre surdos e surdos, e surdos e ouvintes (POKER, 2010).

Esta filosofia se preocupa também com a aprendizagem da língua oral pela criança surda, mas acredita que os aspectos cognitivos, emocionais e sociais não devem ser deixados de lado só por causa da aprendizagem da língua oral. Defende assim a utilização de qualquer recurso espaço - visual como facilitador da comunicação. (POKER, 2010, p. 6)

O Ceará no final da década de 90 é motivado por associações, pela comunidade e por professores, sobre a importância da língua de sinais para a

educação dos alunos surdos. A partir daí o instituto começa um processo de mudança, saindo da filosofia oralista, e entrando na abordagem bilíngue, onde a língua de sinais passa a ser a primeira língua, e a língua portuguesa como segunda língua.

O objetivo da educação bilíngue para os surdos é importante para o seu desenvolvimento, pois contribui na formação desses alunos respeitando as diferenças linguísticas e culturais. Além de ajudá-los a reconhecer seus direitos como cidadãos que podem e devem contribuir com o crescimento e desenvolvimento do lugar onde moram.

A Secretaria de Educação (SEDUC) apresentou uma portaria onde os novos professores do ICES deveriam apresentar certificação de um curso básico de Libras. Muitos dos professores não são fluentes na língua, e por ordem da SEDUC, estes teriam um prazo de 2 anos a partir de 2020 para apresentar uma certificação.

Como em todo estabelecimento lidamos com alguns professores desmotivados pela falta de material didático específico para o alunado surdo, baixos salários, violência escolar, desrespeito com o educador, precarização da educação pública. Há alguns professores faltosos que não acreditam mais na educação, devido à sobrecarga de trabalho em três turnos, problemas de saúde e psicológicos causados pela transferência da responsabilidade que cabe a família para a escola, sem que esta tenha profissionais como: psicólogos, assistentes sociais entre outros que deem suporte necessário ao nova conjuntura escolar. (Projeto Político Pedagógico ICES, 2022, p. 36)

Infelizmente com o passar dos anos, houve uma diminuição considerável de alunos, onde resultou no fechamento da educação infantil e do fundamental I. Por conta disso a verba destinada para o instituto também teve uma redução, tendo em vista que quanto menos alunos, menos verba a escola recebe.

O instituto tem uma elevada taxa de evasão escolar, por conta de alguns fatores como: fator financeiro, alunos fora da faixa etária, alguns alunos surdos por já serem maiores de idade preferem trabalhar do que estudar, entre outros. A maior parte dos alunos são residentes de Fortaleza, outros da Região Metropolitana, e ainda tem alunos que vêm dos municípios do interior do Estado.

4.1 ENSINO DE GEOGRAFIA EM UMA ESCOLA PROFISSIONALIZANTE NO CONTEXTO DA INCLUSÃO EM FORTALEZA

A primeira experiência na educação inclusiva foi em maio de 2019, na disciplina de Oficina Geográfica III (material de Geografia Humana), onde a turma deveria fazer uma intervenção em uma escola inclusiva. Antes disso, nos foi passado uma pequena preparação com textos, vídeos e discussões, o que foi de suma importância para que pudéssemos chegar na escola sabendo algumas coisas.

Foi na escola profissionalizante JN, localizada no bairro Parquelândia na cidade de Fortaleza, nas proximidades da Universidade Federal do Ceará, que esta pesquisa se iniciou. A escola é de Ensino Médio profissionalizante com os cursos: tradução e interpretação de Libras; hospedagem; enfermagem; informática e segurança do trabalho (Censo Escolar, 2021, INEP).

Na época da realização da intervenção, em 2019, a escola possuía vinte e três alunos surdos. Onze no primeiro ano, cinco no segundo ano, e sete no terceiro ano. Importante frisar que não são em todos os cursos profissionalizantes da escola que possuem alunos surdos. Somente nas turmas de Libras.

A primeira interação na escola foi com a coordenadora e com o P, professor de Geografia da escola. No dia quinze de maio de 2019, a equipe se reuniu juntamente com o professor para dialogar sobre a turma escolhida e planejar a intervenção. O professor contou que por conta da correria do dia a dia, não tem muito tempo para elaborar aulas com o auxílio do data show. Pois como o colégio possui alunos surdos o ideal seria uma aula com várias ilustrações para facilitar o entendimento do conteúdo desses alunos, mas por conta do tempo ele acaba ministrando a aula de Geografia do modo tradicional: lousa e pincel.

O professor mostrou o mapa de notas da turma onde os alunos surdos não têm boas notas na disciplina de Geografia. Tanto o professor como a coordenação informaram que existem conteúdos onde os alunos surdos têm uma maior dificuldade em aprendizagem, como a cartografia por exemplo.

Durante um dia foram acompanhadas duas aulas de Geografia (50 minutos cada), com o professor de Geografia da escola, na turma do 3º ano LIBRAS.

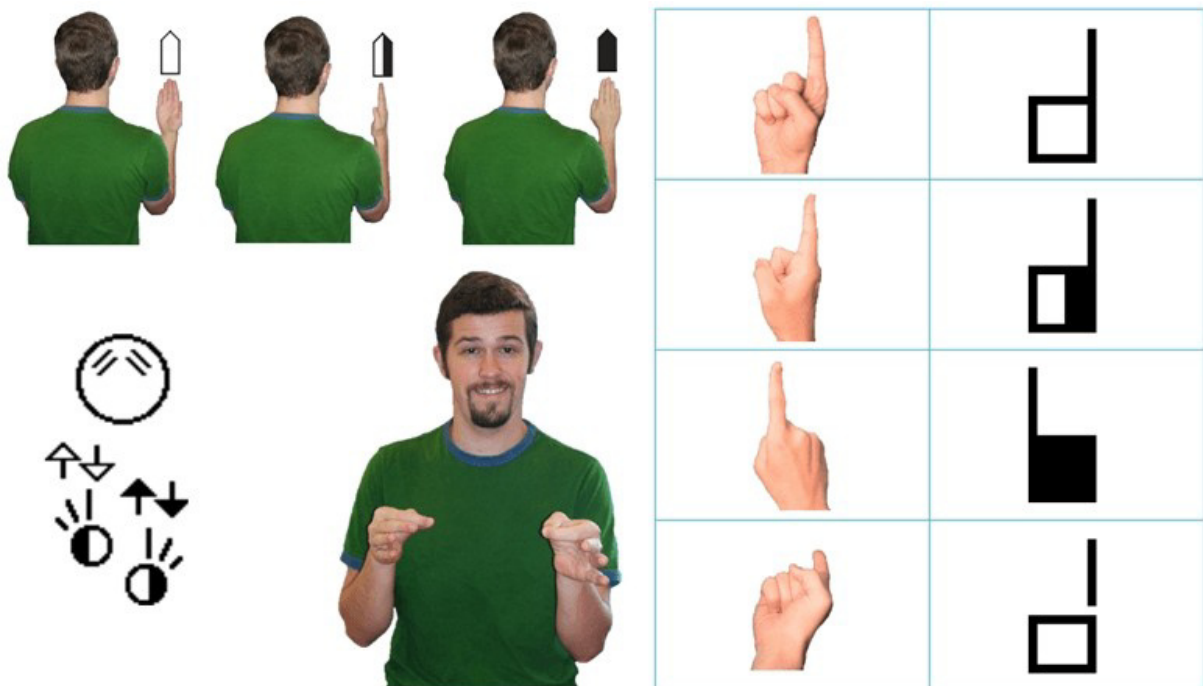
No dia vinte e nove de maio de 2019 ocorreu o primeiro contato com a turma do 3º ano LIBRAS. Ao chegar na sala de aula ocorreu uma pequena apresentação da equipe e noticiado a intervenção que seria realizada duas semanas depois, e que se possível, eles não faltassem a aula. Por conta de um problema que ocorreu no ar-condicionado da sala, a turma foi transferida para o laboratório de LIBRAS, onde seria realizada a aula. Durante a troca de salas, houve um diálogo da

equipe com a intérprete que estaria acompanhando as aulas naquele dia sobre a intervenção que tinha sido pensada através de pesquisas. Em um primeiro momento foi pensado em um jogo de tabuleiro, e as cartas seriam escritas com SignWriting.

SignWriting é um sistema que permite ler e escrever qualquer língua de sinais sem a necessidade de tradução para uma língua oral. Ela expressa os movimentos, as formas das mãos, as marcas não-manuais e os pontos de articulação através de símbolos que são combinados para formar um sinal específico da língua de sinais. (CRISTIANO, 2018)

A intérprete aconselhou a escrever com o alfabeto da língua portuguesa, pois os alunos conseguiriam ler e entender. Infelizmente o arquivo dessas cartas escritas com o SignWriting não existe mais, entretanto, segue uma imagem retirada da internet para representar como é essa escrita.

Figura 1 - Exemplos da escrita em SignWriting com base em padrões da palma de mão e dedos.



Créditos: Adam Frost / Signwriting.org. Fonte: site libras.com.br/signwriting.

Além de mudar a forma de escrita, a intérprete ainda aconselhou a colocar várias imagens no jogo que seria construído, pois isso facilitaria a aprendizagem dos alunos surdos, e o entendimento do jogo.

Após a breve conversa a aula de Geografia se inicia, o conteúdo que seria ministrado era Migrações. A aula toda é ministrada de modo tradicional, o professor P expõe o conteúdo no quadro, os alunos copiam e então a aula é iniciada. O professor não sabe LIBRAS, entretanto a intérprete o auxilia durante a explicação da aula, e no momento em que os alunos fazem perguntas para tirar dúvidas.

Foi observado durante a aula, que tanto os alunos surdos como os ouvintes em certos momentos, ficavam um pouco dispersos, mexiam nos celulares, conversavam (através da língua de sinais). Nem todos os alunos surdos prestavam atenção na intérprete, alguns colaboraram com questionamentos durante a aula e alguns passavam a aula quietos sem socializar com ninguém.

Foi interessante perceber como todos os alunos da turma se comunicavam através da língua de sinais, até mesmo quando era dois ou mais alunos ouvintes conversando entre si.

Durante a fase de produção da intervenção na turma do 3º ano LIBRAS, foi escolhida a elaboração de um jogo de tabuleiro, por ser bastante visual e bastante dinâmico. A equipe entrou em consenso que poderia ser bem interessante apresentar isso em sala de aula. O design do jogo foi elaborado no programa PowerPoint, e ao ser impresso foi colado em uma folha de isopor, e as outras peças do jogo foram elaboradas no programa Word. Um dos objetivos principais era encontrar outras formas de se aprender Geografia, fugindo um pouco do ensino tradicional e contribuindo para que o aluno possa ter uma percepção crítica da Geografia a sua volta (SILVA; MUNIZ, 2012).

Quando o professor organiza em sala de aula um tipo de recurso diferente das metodologias tradicionais experimentadas, isto é, um modelo diferenciado para motivar os alunos para a compreensão do conteúdo das aulas, nota-se que os alunos são estimulados e ficam mais interessados nesse modelo de aula, especialmente pela curiosidade. Assim, quando o professor utiliza recursos diferenciados como instrumentos de ensino, os alunos manifestam, espontaneamente, o interesse por esse tipo de aula, e a aceitação e participação acontecem de maneira totalmente satisfatória. As reflexões referentes às metodologias de ensino de Geografia têm dado ênfase à necessidade de a escola fornecer ao aluno uma aprendizagem na leitura e escrita de forma crítica, ou seja, de maneira a ajudar os educandos na edificação do senso crítico (FONSECA; TORRES, 2013)

Figura 2 - Tabuleiro do Jogo das Migrações



Fonte: UCHÔA, 2019.

O nome do jogo é Jogo das Migrações, por conta do conteúdo que estava sendo ministrado e que seria assunto de prova da turma. O jogo seria usado como uma forma de revisão.

Um dos nossos medos, era que a turma não gostasse ou não se interessasse pelo jogo. Mas felizmente toda a turma demonstrou interesse em jogar.

Em resumo, os resultados dessa intervenção foram: como dito anteriormente pelo professor, as notas dos alunos surdos não são boas, observamos isso pois em algumas perguntas aparentemente fáceis, não só eles, mas como alguns alunos ouvintes, tiveram dificuldade em responder. Todos os grupos dialogavam entre si, conversavam acerca das perguntas e respostas, e quando nos era perguntado alguma coisa, os alunos ouvintes passavam a nossa explicação para os alunos surdos, através da língua de sinais. Infelizmente foi notório perceber que tanto os alunos surdos, como os ouvintes, possuem dificuldades em Geografia.

Logo após a realização da intervenção foi elaborado um relatório para ser entregue à professora e uma apresentação em PowerPoint com imagens e algumas informações sobre a escola que fora apresentado durante a aula de Oficina Geográfica III.

4.2 ENSINO DE GEOGRAFIA EM UMA ESCOLA NO CONTEXTO DA INCLUSÃO EM FORTALEZA

Um pouco antes do início da pandemia da COVID-19, mais precisamente em março de 2020, ocorreu a segunda experiência com a educação inclusiva e educação de surdos. Dessa vez, através da disciplina Estágio Curricular Supervisionado em Geografia II, onde a turma iria escolher uma escola contextualizada para que pudesse ser realizado o estágio naquele semestre.

Nessa disciplina por ser estágio de observação, poderia ser feito em dupla. Esse estágio foi realizado juntamente de outra colega da turma.

O Instituto Cearense de Surdos (ICES) foi contatado, houve uma conversa presencialmente com a coordenadora, para explicar sobre o estágio e se possível, conversar com o professor ou professora de Geografia. Na época, início de 2020, a professora de Geografia era a M.S, sempre muito solícita, apresentou a escola e houve diálogo sobre as aulas e algumas propostas de intervenção que poderiam ser realizadas no final do estágio, em meados de junho.

Por conta da pandemia, tivemos contato com a sala de aula presencialmente no ICES apenas uma vez. Aqui, a professora sabia LIBRAS

fluentemente, o que facilitava na interação professor-aluno. Na primeira vez que adentramos a sala de aula, fomos apresentados para a turma e foi pedido para que escolhêssemos alguma característica nossa, para que pudéssemos ser batizadas.

Na cultura surda, cada pessoa tem o seu sinal, que é algo característico seu, seja alguma parte física do corpo, ou algo que goste muito, e que seja muito marcante. No meu caso em particular, escolhi como característica o óculos, então o sinal ficou: a sinalização da letra G, puxando a perna do óculos.

Diferentemente da escola JN, no ICES a professora escrevia no quadro de forma diferente, e não como na escrita da língua portuguesa de modo formal. Na LIBRAS não existem preposições, nem os verbos ser e estar, então como exemplo pode-se citar uma frase escrita em LIBRAS: hoje nublado. Que na língua portuguesa seria: hoje está nublado.

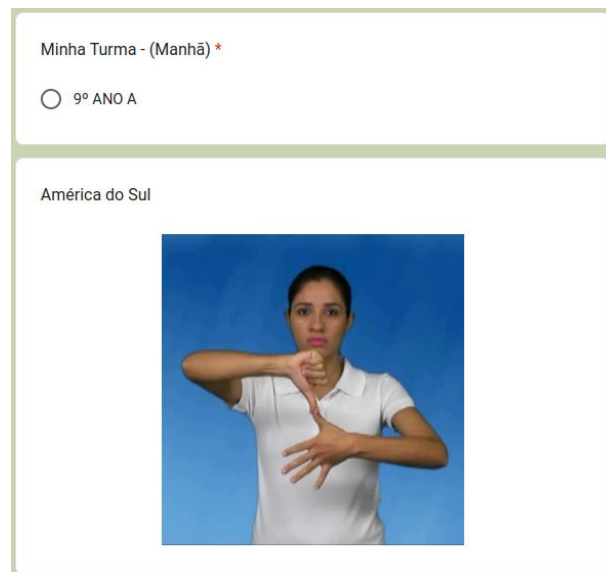
Após escrever o conteúdo na lousa, a professora, mesmo sabendo sinalizar em LIBRAS, chamou uma intérprete para auxiliá-la durante a aula. Infelizmente veio a pandemia, e com isso ficamos meses sem participar das aulas. Quando se iniciou as aulas remotas, a professora M.O nos adicionou no grupo da turma, para que fosse feito o acompanhamento das aulas.

Durante a pandemia as aulas foram realizadas através das plataformas digitais: Google Meet, Zoom e Google Docs. A professora relata que infelizmente muitos alunos não puderam acompanhar as aulas remotas, por não terem recursos tecnológicos. A professora M.S disponibilizou algumas atividades que fez para os alunos da turma do 9º ano. Para contextualizá-las, segue imagens:

Na figura 2 nota-se que no começo da atividade tem uma mulher fazendo a sinalização do continente da América do Sul. Como não foram todas as aulas que foram realizadas através de vídeo aulas, esse formato de atividade é muito importante para os alunos surdos, pois eles vêem como é feita a sinalização e conseguem reproduzir.

Da mesma forma a figura 3, quando perguntado sobre o país que está em destaque, e as opções também segue o formato da figura 1, uma mulher sinalizando os países, para que os alunos possam conhecer e aprender.

Figura 3 - Atividade de Geografia - Ensino Fundamental II



Fonte: Professora M.S, agosto, 2021.

Figura 4 - Uma questão de uma atividade para o Ensino Fundamental II .



Fonte: Professora M.S, agosto, 2021.

Além de imagens, em algumas atividades também é colocado pequenos vídeos sobre o assunto, por exemplo, países da América do Sul, onde mostra uma pessoa sinalizando os países, ou qualquer outro assunto que esteja sendo estudado.

Para o encerramento do estágio, foi combinado fazer uma intervenção com os alunos. Foi realizada uma aula onde o tema foi sobre Território, Lugar e Globalização. Esse tema foi escolhido pois queríamos pegar alguns conceitos, e trazer para a realidade deles. O slide foi feito praticamente quase todo com imagens de mapas e imagens que representassem os conceitos. Outra dupla também estagiaram no ICES no mesmo período, então foi acordado que as duas duplas fariam a intervenção em conjunto.

No conceito de lugar, foi utilizado como exemplo o próprio ICES, e ainda aproveitado a oportunidade para contar a história do bairro onde a escola está inserida. Sempre com muitas imagens, e frases curtas e diretas

Figura 5 - slide com conceito de lugar

CONCEITO DE LUGAR

- O conceito de lugar é muito importante para a Geografia, pois representa a porção do espaço geográfico dotada de significados particulares e relações humanas.

Figura 6 - slide sobre começo da história do bairro Aldeota

Os índios saíram das margens do Rio Ceará para o Riacho Pajeú em busca de água potável.



Rio Ceará, Google Imagens, 2020



Riacho Pajeú, Google Imagens

Fonte: UCHÔA, 2020.

Figura 7 - slide ainda sobre a história do bairro Aldeota

O bairro foi crescendo e se desenvolvendo, e atualmente é um dos bairros mais nobres de Fortaleza.



Google Imagens, 2020

Fonte: UCHÔA, 2020.

A intervenção foi realizada no dia 17 de setembro de 2020, onde compareceram poucos alunos e que não chegou a passar dos 10. Além dos alunos,

também compareceram à professora M.S que nos acompanhou e ajudou em todo o processo de elaboração da intervenção, outros professores da escola e algumas pessoas do corpo gestor da escola, além de dois intérpretes que iam se revezando ao longo da apresentação, e a professora da disciplina de Estágio Supervisionado em Geografia II, professora Alexandra.

Mesmo com poucos alunos, foi uma aula bastante proveitosa, alguns dos alunos se interessavam com o que estava sendo ministrado para eles, e quase sempre quando fazíamos perguntas para eles, interagiam conosco, não só eles como o corpo gestor da escola também.

Por fim, no final de setembro de 2020, foi realizado outro slide com um resumo do que aconteceu durante o estágio para ser apresentado na aula para a professora Alexandra e aos colegas da turma de Estágio II.

Dois anos depois, em setembro de 2022 retornei ao ICES para acompanhar algumas turmas para a elaboração deste trabalho. A escola profissionalizante JN também foi contatada para ser feito um possível retorno, mas não estavam mais aceitando estagiários.

De volta aos ICES, não era mais a professora M.S que lecionava Geografia, e sim o professor D. Ele foi bastante receptivo, respondeu às perguntas, durante as aulas ia dando dicas e explicando como eram ministradas as aulas e como eram os alunos.

Durante um mês e meio, entre a metade de Setembro até o começo de Novembro de 2022 foram acompanhadas duas turmas, 8º ano A e 1º A EM manhã. Foi observado que as turmas possuíam poucos alunos, bem menos que em 2020, antes da pandemia e em certos dias tinha somente um ou dois alunos em sala, e o máximo de alunos em uma turma foi sete. Os alunos possuem idades diferentes, alguns são jovens e outros são adultos. Além disso, não são somente alunos surdos que frequentam a instituição, também tem alunos surdos e cegos e surdos e autistas.

Nas duas turmas acompanhadas foi observado que eles demoravam bastante para abrir os cadernos e começarem a copiar. O professor relatou que eles têm dificuldade com a língua portuguesa, por isso demoram um pouco para escrever. O conteúdo na lousa é dado de maneira bem direta, com frases curtas, pois quanto mais texto é passado, mais eles têm dificuldade para entender.

No ensino fundamental e médio, é importante passar somente o básico dos conteúdos da disciplina, pois como dito anteriormente, muito texto e conteúdo fica difícil para eles compreenderem. Então ele escrevia frases curtas mas objetivas sobre o assunto. Foi perguntado se os outros professores também usavam essa abordagem, mas ele não soube responder.

Caso haja mais de um conteúdo a ser ministrado, é necessário que sejam assuntos que possam ser interligados, como por exemplo, clima e vegetação, para que os alunos entendam de modo mais facilmente.

O professor é fluente em LIBRAS, a maioria das aulas ele mesmo ministra, de todas aulas que foram acompanhadas somente duas ele chamou a intérprete para o auxiliar. No primeiro dia fiquei bastante interessada quando ele disse como eram feitas as provas, e pedi para acompanhar e ele prontamente aceitou.

As provas eram realizadas de duas maneiras simultaneamente: pelo notebook e pelo papel. O professor contou que as provas devem ser feitas com bastante antecedência, pois devem ser mandadas para o estúdio (fica no próprio ICES) onde os intérpretes elaboram um vídeo sinalizando toda a prova.

No dia da prova os alunos recebem a prova impressa, escrita na língua portuguesa e com imagens em cada questão. Além disso, cada aluno recebe um notebook com os vídeos-libras, onde vão acompanhando as questões da prova, e logo após escrevem a resposta na prova impressa. Nesse dia em questão, eram três disciplinas em uma só prova, e um vídeo-libras para cada uma.

Mas não é somente as provas que eles utilizam os notebooks. Em alguns dias quando o professor escreve uma atividade na lousa, ele entrega os notebooks para os alunos, para que eles possam fazer pesquisas e ver vídeos em LIBRAS para ajudá-los a responder às questões.

Quase todas as aulas são de modo mais tradicional, somente pincel e lousa. Entretanto nos dias em que o professor levava o data show, ou quando era um assunto diferente como por exemplo, a última aula que foi observada, foi ministrada sobre a copa do mundo. Era perceptível que os alunos participavam mais, interagiam mais e prestavam mais atenção por ser um assunto mais atual.

Os professores fazem uma autoavaliação da forma como estão efetivando o uso desse recurso. De acordo com eles precisa ser trabalhada em sala de aula a utilização de imagens da seguinte forma: "com o máximo possível de

imagens que se referem aos conteúdos”, “na forma de debate atrelado ao conteúdo”, e “sempre abordando de forma direta e clara e com a participação dos alunos”; dessa forma o docente está incentivando o raciocínio crítico em seus alunos, através de análises em grupos no decorrer de suas aulas. Modificando de modo positivo o uso desse recurso, os educadores promovem um aperfeiçoamento no ensino de Geografia (FONSECA; TORRES, 2013).

4.3 REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA PARA ALUNOS SURDOS

Das três experiências apresentadas que ocorreram ao longo da graduação com alunos surdos e a Geografia, foi notório ver as diferenças metodológicas entre os três professores.

Para muitos alunos a disciplina de Geografia quase sempre foi vista como uma disciplina decorativa, cuja finalidade é decorar países, estados e cidades. Como aluna nos tempos de escola, infelizmente também via a Geografia dessa forma, pois na maioria das vezes era assim que os conteúdos nos eram passado, somente o conceito e o seu significado de forma bem resumida.

Na época do meu ensino médio, os professores de Geografia somente utilizavam livro didático, lousa, pincel e às vezes o data show para ministrar a aula. O mais diferente que aconteceu em aula foi em 2014, quando a professora pediu para que a turma comprasse um caderno pequeno, e toda semana ela colocava de três a quatro palavras que são utilizadas durante a aula, para que procurássemos o conceito de cada e que fosse anotado no caderno como se fosse um dicionário. Ela o nomeou de dicionário geográfico, mas infelizmente só durou até uma parte do ano, pois ela saiu da escola.

Por experiência própria sei que, por mais que os professores tentem nem sempre é possível realizar uma aula diferente, por diversos motivos: falta de recurso, falta de apoio da gestão da escola e falta de colaboração dos alunos.

Ao longo dos anos foi observado que muitos professores não repassam para seus alunos, a real importância da Geografia e o que ela representa para a sociedade. E isso pode ser uma razão para que muitos alunos não gostem da disciplina, devido a esse histórico de metodologias de caráter decorativo, que alguns professores ainda usam como método de ensino.

Com o avanço das tecnologias, o conhecimento está a um click, o professor já não é o único transmissor do conhecimento. Aqui a escola tem que ter

outra organização, tendo que aprender a ser mais flexível e pensante, como diz Alarcão (2011).

O uso das tecnologias digitais facilita a problematização e contextualização dos conteúdos ministrados, relacionando-os à vivência dos alunos, valorizando seus conhecimentos prévios, outrora vistos como insignificantes. Neste sentido, as tecnologias digitais auxiliam o trabalho do educador como mediador durante a ministração dos conteúdos, visando contribuir para o desenvolvimento da autonomia e do pensar crítico do discente. (MUNIZ; SENA; JUNIOR, 2019, p. 4)

Tanto os professores quanto a escola precisam saber e buscar entender, como é o universo dos seus alunos, como eles se comunicam, o que eles sabem e como aprenderam sobre certos assuntos (FREIRE, 1993). É importante, principalmente na Geografia, que os professores em certos conteúdos como os conceitos básicos da Geografia por exemplo, pegarem situações do cotidiano dos alunos para usar como exemplos. O aluno vai se sentir importante e irá querer participar, além das trocas de saberes bastante interessantes que essa situação pode provocar. É importante valorizar em sala de aula os conhecimentos prévios dos alunos.

E para um aluno surdo, é mais importante ainda valorizar sua história e seus conhecimentos. Principalmente no contexto da Geografia, pois esta é uma disciplina de suma importância para que eles conheçam o mundo a sua volta, a realidade em que vivem, como se localizarem e que possam ter pensamentos críticos.

Com os três professores citados nos tópicos anteriores, todos falaram a mesma coisa, que a maior dificuldade dos surdos é com a cartografia. Eles não disseram como ministram essas aulas, mas o professor da escola de tempo integral disse que quando ministra esse conteúdo, é de forma calma e lenta para que os alunos surdos possam compreender o máximo possível, e que usa bastante imagens. Porém alguns alunos ouvintes em algumas turmas não gostam dessa calma em alguns conteúdos, o que acaba fazendo com que os alunos ouvintes se afastem dos alunos surdos.

Diante da conversa com o professor de Geografia da escola JN, e observando a sala de aula, foi que surgiu a ideia de elaborar um jogo para aplicar na turma do 3º ano EM LIBRAS. Saindo um pouco da metodologia tradicional, foi pegue o conteúdo que eles estavam estudando e transformado em um jogo.

Piaget (1975) afirma que tudo o que há no corpo se desenvolve exercitando, o equilíbrio do corpo vem da interação do meio em que o indivíduo vive. Então o jogo é um elemento que auxilia nesse desenvolvimento, fazendo com que o aluno assimile, reflita e absorva o conteúdo proposto de uma maneira lúdica e divertida.

Todo indivíduo pode se beneficiar das atividades lúdicas, seja ela por diversão, ou nesse caso na sala de aula como um método de aprendizagem. Muitas capacidades são exploradas através das atividades lúdicas, sabendo por exemplo explorar a realidade e refletir sobre ela, explorar a cultura que os alunos vivem (FONSECA; TORRES, 2013).

Com o surgimento da linguagem, a criança expõe o mundo que está sendo construído. O jogo simbólico acontece quando a criança entra no mundo da imaginação e do faz de conta. Ela consegue pensar por meio de imagens, pensar em determinado objeto por meio de outro, exemplos: quando a criança brinca de dar comida a uma boneca, brinca de cavalgar com um rodo imaginando que é um cavalo. Desta forma, o simbólico consiste na imitação do seu cotidiano vivenciado. A imitação acontece com o progresso da inteligência, pois a criança deve conhecer determinado objeto para representá-lo. (ALMEIDA; ALVES, 2021).

A grande surpresa foi observar que muitos alunos, tanto surdos como os ouvintes, tiveram dúvidas em questões de Geografia relativamente fáceis. Questões essas que acreditávamos que eles se recordariam das aulas de história e Geografia do ensino fundamental e médio.

Não sei se por ter menos alunos surdos do que ouvintes, a metodologia dada em sala de aula pelo professor é como é, de forma mais tradicional. Não seria hora de se adaptar, tentar encontrar uma metodologia que abrace mais os alunos surdos? Porque eles têm tanta dificuldade em Geografia? Aqui se deve parar e pensar, principalmente na formação do geógrafo, os professores não eram (e muitos ainda não estão) preparados para lidar com alunos surdos, cegos e com transtornos de aprendizagem. Atualmente ainda existem cursos que não preparam o aluno para as salas de aula inclusivas. O máximo que alguns currículos têm é a obrigatoriedade da cadeira de LIBRAS e no último semestre do curso..

É importante repensar o currículo da Geografia no que diz respeito a educação inclusiva, pois devemos pensar a formação do geógrafo, um profissional que é capaz de tratar as questões que compreendam a realidade em que vivemos,

com a perspectiva de um olhar espacial, analisando os processos e não somente as fases e estágios (CALLAI, 2013).

Pois, se a cada ano letivo as escolas da educação básica estão recebendo mais alunos com deficiência e transtornos de aprendizagem, porque nos cursos de licenciatura os futuros professores não estão recebendo a formação necessária para trabalhar com este público? Sendo que por lei, pela resolução CNE/CP nº1/2002 os estudantes de licenciatura devem receber o conhecimento sobre educação inclusiva e muitos cursos infelizmente não oferecem isso aos estudantes.

Observando o currículo da Geografia Licenciatura UFC antes e após a resolução CNE/CP nº1/2002, a única coisa que foi alterada é que a disciplina de LIBRAS deixou de ser optativa e virou obrigatória. E o restante da formação dos alunos em educação inclusiva? Fica a critério de cada professor universitário.

E infelizmente dentre os quatro, cinco anos de curso, só é trabalhado educação inclusiva em no máximo 6 meses, e somente o básico do básico, o que não possibilita uma boa formação. Não somente isso, mas por conta da falta desse tema nos currículos de graduação, alguns professores acabam fazendo uma formação continuada sobre o que diz respeito à educação inclusiva.

A falta de conhecimento, de como lidar com a comunicação e com a educação dos surdos por parte da sociedade, das famílias e dos profissionais que atuam nas instituições educacionais, acarreta um atraso no desenvolvimento cognitivo dos surdos e, em cadeia, possibilita defasagem escolar segundo a faixa-etária. Grosso modo, é como se a “deficiência” da pessoa surda fosse fabricada pela deficiência da sociedade em não saber estimular, sensibilizar, comunicar, relacionar e educar num contexto de construção e respeito necessários à vida em comunidade. (FALCÃO, 2007).

No ICES foi observada uma outra realidade, acredito que por ser uma escola exclusiva para o público surdo, a metodologia é diferente. Os professores e funcionários do instituto sabem a língua de sinais, e algumas vezes se comunicam através das LIBRAS e falando na língua portuguesa ao mesmo tempo.

Lá os professores possuem mais interação com os alunos, por saberem se comunicar através da língua de sinais. Mesmo quando os intérpretes estão em sala, ainda há essa interação.

Durante o estágio realizado em 2020, a proposta inicial de intervenção era elaborar um jogo abordando a cartografia. Por ser um assunto que eles têm

dificuldade, seria interessante trazer uma abordagem mais lúdica sobre o conteúdo. Porém, por conta da pandemia, tivemos que repensar em outra intervenção. Então foi elaborada uma aula abordando território, lugar e globalização, trazendo cada tópico para a vivência do aluno.

Território, globalização e lugar. Com uma maior ênfase no lugar, foram escolhidos dois lugares em comum da maioria dos alunos. O Instituto Cearense de Surdos, e o bairro Aldeota, onde o instituto está localizado.

[...] o sentido de lugar é a espacialidade vivida e percebida dotada de significados positivos e/ou negativos. Diante das redes de relações que operam em abrangências cada vez mais amplas, podemos ter a noção global de lugar. Mas, é na escala mais próxima que existe a possibilidade de deslocamentos diários, criação de laços e uniformidades que configuram uma subjetividade e intersubjetividade, um sentido de lugar. (SILVA, 2016, p. 19)

Esses foram os lugares escolhidos pois trazem uma sensação de pertencimento, onde a vida deles acontece todos os dias ao ir para a escola. Foi mostrada a história do bairro onde eles estudam, mapas e imagens que representam o bairro e a escola. É importante mostrar para os alunos como a Geografia está inserida na vida deles, no cotidiano deles e que por acharem a disciplina chata e decorativa, acabam não percebendo que a Geografia está mais perto deles, do que eles imaginam.

Entre o começo da pandemia em março de 2020 e a apresentação da intervenção em setembro de 2020, não tivemos acesso às aulas realizadas nas plataformas zoom e google meet. Mas víamos as atividades feitas pelo google docs que a professora M.S enviava no grupo para os alunos. As atividades de Geografia realizadas pela professora M.S eram perguntas bem simples e pequenas e respostas do mesmo jeito, com imagens e pequenos vídeos de pessoas sinalizando alguns sinais referentes ao conteúdo da aula.

Particularmente acredito que a aprendizagem de Geografia durante a pandemia para esses alunos não foi proveitosa. Pois se presencialmente eles tinham dificuldade em alguns conteúdos, de forma remota essas dificuldades de certa forma aumentaram.

Voltando para o presencialmente agora em 2022, foi observado que a didática do professor D era diferente das dos outros dois. Ele copiava o conteúdo na lousa de forma simples mas direta (mas diferente da professora M.S), e quando era

passada uma atividade na lousa ele mostrou ser parecida com a prova, porém diminuía o tamanho das perguntas. Em algumas aulas ele trazia diferentes atividades, em uma delas tinha uma folha com palavras cruzadas e em outra um desenho para pintar quando o assunto foi Copa do Mundo. Os alunos ficaram bastantes curiosos e aparentemente gostaram dessa forma diferente de atividade.

De tudo o que foi presenciado durante a graduação e nas escolas inclusivas, é notório que mais do que nunca deveria haver mais disciplinas voltadas para esse assunto. Professores mais antigos que não tiveram essa preparação, às vezes ficam meio perdidos no início sobre que metodologia usar, por não saber falar em LIBRAS, etc.

Na Geografia Licenciatura - UFC, por exemplo, não temos uma disciplina toda voltada especialmente para a educação inclusiva. Vimos um pouco sobre o assunto nas disciplinas de Oficina Geográfica III e Estágio II.

Apesar de não ser esperado o domínio da língua de sinais pelo professor regente, tarefa esta que seria reservada ao intérprete, não se pode negar que um aprofundamento em LIBRAS é um grande proveito para que o professor possa auxiliar o aluno surdo na compreensão dos conteúdos. Contudo, não basta apenas dominar a língua se não existir uma metodologia adequada para apoiar o que se está explanando, o que incide na necessidade de formação de futuros professores que saibam elaborar boas aulas - visualmente claras e que facilitem a atuação do intérprete e a compreensão do aluno surdo [...] (LACERDA et al, 2018, p. 191)

A Geografia é uma disciplina tanto teórica quanto visual, e que deveria ser mais explorada e aproveitada pelos alunos surdos, mas infelizmente isso não ocorre com tanta frequência. É entendido que nem sempre por fatores já ditos anteriormente, que não seja possível sempre realizar uma aula diferente, mais lúdica, mais dinâmica. Mais um ponto em comum que foi observado nas três escolas, é que mesmo sendo classes a partir do 8º ano, a Geografia está sendo ministrada de forma muito rasa. E até que ponto isso pode ser prejudicial?

E não só isso, as universidades devem rever seus currículos, pois educação inclusiva é um tema atual, que merece atenção, e os alunos surdos merecem professores preparados e capacitados para ensiná-los.

5 CONCLUSÃO

Com base no que foi apresentado, é de suma importância que os alunos com deficiência ocupem cada vez as escolas regulares de ensino. Mas para isso é importante que a escola tenha a acessibilidade que os alunos precisam. Pois agora temos a certeza que a inclusão, nos ambientes escolares é de extrema importância para que haja um desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

Além da importância da educação inclusiva, também é correto afirmar que os cursos de licenciatura precisam com urgência mudar seus currículos, para que haja um espaço maior nas salas de aula para a formação dos futuros docentes sobre a educação inclusiva.

Além da formação, que os professores possam utilizar diferentes metodologias de ensino durante as aulas de Geografia, para chamar a atenção do aluno, conseguir um trabalho mais satisfatório, e que os alunos tanto surdos como os ouvintes possam agregar de uma forma mais lúdica o conhecimento da Geografia. É importante pensar que as metodologias não irão substituir o bom e velho livro didático, mas sim que seja como um complemento para as aulas de Geografia a fim de fazer com que através dessas metodologias os alunos tenham uma melhor formação escolar.

Não só os professores, mas que a escola forneça uma estrutura de qualidade e materiais, para que os alunos surdos e os ouvintes tenham uma educação de qualidade.

Por fim, a importância dos estágios na elaboração destes trabalhos, onde pude observar mais de perto como funciona a educação inclusiva, os problemas e o que pode ser melhorado. A partir desses estágios, pude refletir e avaliar sobre tantas coisas acerca desse assunto.

É importante que a cada dia que passe os alunos surdos e ouvintes consigam cada vez mais espaço nas escolas e na sociedade, pois ainda há muito para ser feito e muitos direitos para serem conquistados.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **PROFESSORES REFLEXIVOS EM UMA ESCOLA REFLEXIVA**. 8º. ed. [S. l.]: Cortez, 2011.

ALMEIDA, Vitor Sergio de; ALMEIDA, Paloma Silva. A CONTRIBUIÇÃO DOS JOGOS PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL SOB O PRISMA TEÓRICO DE PIAGET E KISHIMOTO. **Cadernos da FUCAMP**, [s. l.], p. 95-111, 2021.

ANTUNES, Celso. **INCLUSÃO: o nascer de uma nova pedagogia**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.

BARBOSA, Maria Alves; OLIVEIRA, Márcia Arimatéa de; SIQUEIRA, Karina Machado; DAMAS, Keyti Cristine Alves; PRADO, Marinésia Aparecida do. Língua brasileira de sinais: um desafio para a assistência de enfermagem. *Revista Enfermagem UERJ*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 247-251, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 11 out. 2022.

_____. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 10. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm>. Acesso em: 02 nov. 2022.

_____. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. *Diário Oficial da União*. Seção 1, p. 5. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm>. Acesso em: 02 nov. 2022.

_____. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado; regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 26. Disponível em : <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm>. Acesso em: 02 nov. 2022.

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 12. Disponível em : <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 02 nov. 2022.

_____. Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 6. Disponível em : <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57633286>. Acesso em: 02 nov. 2022.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 11429, 27/12/1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em 02 nov. 2022.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases Para o Ensino de 1º e 2º Graus, e Dá Outras Providências. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 6377, 12/8/1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em 02 nov. 2022.

_____. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 1920, 24/10/1989. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm>. Acesso em: 02 nov. 2022.

_____. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 13563. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 02 nov. 2022.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 27833, 23/12/1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 08 nov. 2022.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 1. Disponível

em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 02 nov. 2022.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 23. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 02 nov. 2022.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2021**. Brasília, 31 de janeiro de 2022.

_____. Ministério da Educação. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília, DF: MEC, 2007.

BOGAS, João Vitor. Conheça a história da Libras, a Língua Brasileira de Sinais. In: HAND TALK (org.). **Hand Talk**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www.handtalk.me/br/blog/historia-lingua-de-sinais/>. Acesso em: 2 nov. 2022.

CALLAI, Helena Copetti. **PARTE 2: A DIMENSÃO PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO DO GEÓGRAFO**. [S. l.]: Unijuí, 2013. 168 p.

CANCIAN, Queli Ghilard; MALACARNE, Vilmar. DIFERENÇAS ENTRE DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM. **Saberes Docentes, Diversidade e Inclusão na Escola, Práticas Pedagógicas Inovadoras e Gestão Educacional**, [s. l.], 2019.

CARDOSO, ALENILTON DA SILVA. A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DA DIGNIDADE HUMANA. **Revista Em Tempo**, [S.l.], v. 11, p. 11-26, dec. 2012. ISSN 1984-7858. Disponível em: <<https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/330>>. Acesso em: 03 nov. 2022. doi: <https://doi.org/10.26729/et.v11i1.330>.

CARNEIRO, Moacir Alves. **O ACESSO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA ÀS ESCOLAS E CLASSES COMUNS**: Possibilidades e Limitações. 2º. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 175 p.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva**: Com os pingos nos "is". 5ª. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

CRISTIANO, Almir. SignWriting. In: **LIBRAS**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.libras.com.br/signwriting>. Acesso em: 2 nov. 2022.

FALCÃO, Luiz Albérico. APRENDENDO A LIBRAS E RECONHECENDO AS DIFERENÇAS: UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE A INCLUSÃO: Estabelecendo Novos Diálogos. 2º. ed. rev. Recife: Ed. do autor, 2007. 304 p.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo, SP: Olho d'água, 1997.

FONSECA, Ricardo Lopes; TORRES, Eloiza Cristiane. Ensinando geografia para alunos surdos e ouvintes: algumas adaptações na prática pedagógica. **Terra Plural**, [s. l.], v. 7, ed. 2, p. 223-239, 2013.

INSTITUTO CEARENSE DE SURDOS. **Projeto Político Pedagógico**, Fortaleza, 2022.

LACERDA, Cristina Broglie Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos; CAETANO, Juliana Fonseca. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS PARA O ENSINO DE ALUNOS SURDOS. In: LACERDA, Cristina Broglie Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (org.). **Tenho um aluno surdo, e agora?:** Introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Paulo: EDUFSCAR, 2018. cap. 11, p. 185-200.

LIMA, Antonio Jose Araujo; JÚNIOR, Ronaldo Silva. PANORAMA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1960. **III CONEDU**, Natal, RN, 2016.

MENDONÇA, Joyce da Silva Cruz de. EDUCAÇÃO DOS SURDOS E BILINGUISMO. III CINTED, Campina Grande, 2018. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2018/TRABALHO_EV110_MD1_SA7_ID712_03082018110144.pdf. Acesso em: 8 nov. 2022.

MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira; SENA, Thayana Brunna Queiroz Lima; JUNIOR, Francisco de Sousa. TECNOLOGIA DIGITAL NA PRÁTICA DOCENTE: O USO DA REALIDADE VIRTUAL (RV) NO ENSINO DE GEOGRAFIA. **Anais VI CONEDU**, Campina Grande, 2019. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA19_ID9315_26092019092258.pdf. Acesso em: 11 dez. 2022.

PIAGET, Jean. O Nascimento da Inteligência na Criança. Tradução de Álvaro Cabral. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar; Brasília, 1975.

POKER, Rosimar Bortolini. TEXTO 2: ABORDAGENS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO DA PESSOA COM SURDEZ. **Libras a Distância**, UNESP, ed. 2º, 2010.

SANTOS, Maria do Socorro Barbosa Almeida dos; VASCONCELOS, Marcela Vitória de. ENSINO DE GEOGRAFIA PARA ALUNOS SURDOS: METODOLOGIAS APLICADAS EM SALA DE AULA. **14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia Políticas, Linguagens e Trajetórias, Universidade de Campinas**, p. 2798-2810, 2019.

SATO, Elizabeth Cristina Macceo; FORNEL, Sílvia Renata. Conhecimento do espaço escolar. In: PASSINI, Elza Yasuko. **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 53-57.

SANTOS, Alex Reis dos; SANTOS, Roberta Gabriele de Menezes. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Faculdade São Luís de França 2016.

SILVA, Daniel Neves. "Língua Brasileira de Sinais (Libras)"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/lingua-brasileira-sinais-libras.htm>. Acesso em 02 de novembro de 2022.

SILVA, Vânia Regina Jorge da. Os conceitos geográficos e sua importância na formação do professor para uma didática escolar. In: Revista Digital Simonsen. Rio de Janeiro, n.4, Jun. 2016.

SILVA, Vlândia da; MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira. A Geografia escolar e os recursos didáticos: o uso das maquetes no ensino-aprendizagem da Geografia. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 3, n. 5, p. 62-68, 2012.

SILVEIRA, Jader Luís da. **ABORDAGENS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. Formiga, MG: MultiAtual, 2020. 24 p.

SOUZA, Maria Gabriella Barbosa De et al.. **Trilhando os caminhos da educação de surdos no Brasil: da segregação à educação inclusiva**. Anais IV CINTEDI... Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/72607>>.

SOUZA, Pedro Paulo Ubarana de. **EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL: UMA NARRATIVA HISTÓRICA**. V CONEDU, Recife, 2018.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. In: **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONHEÇA O HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO SOBRE INCLUSÃO**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 2 nov. 2022.

UCHÔA, Gabrielly Marcelino et al.. **O jogo didático como mediador do ensino da geografia para alunos surdos: relato de uma intervenção realizada em uma escola profissionalizante em Fortaleza-ce**. Anais VI CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/61454>>.

UNESCO (Espanha). **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E ENQUADRAMENTO DA ACÇÃO NA ÁREA DAS NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: ACESSO E QUALIDADE**. Espanha: [s. n.], 1994. 49 p.

APÊNDICE A - ENTREVISTA APLICADA A EX PROFESSORA DE GEOGRAFIA DO ICES (REALIZADA EM 2022)

1. Qual sua formação? Em qual instituição de ensino?

- Sou formada em História- Universidade Vale do Acaraú - Fortaleza-CE.
- Especialista em Psicologia Organizacional - UNIFAMETRO - Fortaleza-CE.
- Graduanda em Pedagogia Bilíngue (Português/LIBRAS) - Instituto Nacional de Educação de Surdos - Rio de Janeiro-RJ

2. Quanto tempo de magistério e de atuação na Geografia?

- 5 anos

3. Qual sua concepção de Educação Inclusiva?

- A Educação Inclusiva propõe uma prática pedagógica onde se têm a garantia de educação para todos. Ela está baseada em 5 (cinco) princípios:
 - Todos têm direito à educação
 - Toda criança aprende;
 - Cada indivíduo aprende de forma diferente ou diferenciada
 - A interação e o convívio na é benéfico a todos
 - A educação Inclusiva diz respeito a todos
- Em síntese, a escola inclusiva precisa se adequar às necessidades das crianças.

4. Desde quando tem experiência com o ensino inclusivo?

- Desde de 2009.

5. Na faculdade, teve alguma preparação ou disciplina voltada para a educação inclusiva?

- Não.

6. Como as atuais condições de trabalho facilitam/dificultam o trabalho em sala de aula?

- Facilitam quando são disponibilizados todos os recursos, tais como: materiais, ambientais, tecnológicos, financeiros, humanos, pedagógicos e a formação contínua do profissional; Internet, Laboratórios, Bibliotecas, etc
- Dificultam quando não há recursos disponíveis para garantir o acesso dos estudantes a uma educação de qualidade.

7. Os recursos de ensino têm correspondido às necessidades específicas deste público que chega à escola?

- Em parte sim.
- No caso do sujeito surdo, temos professores bilíngues; Estúdio de gravação para elaboração e produção de conteúdos na LIBRAS; Intérprete LIBRAS/PORTUGUES e PORTUGUES/LIBRAS.
- O que falta, são os recursos permanentes na sala de aula, como o Datashow, que para o surdo é imprescindível; material didático adaptado para o Surdo.

8. Como tem sido realizada a avaliação dos conteúdos de geografia para este público específico? Quais os maiores desafios? O que já tem sido implementado?

- As avaliações são produzidas em Vídeo-Libras e as provas em Portugues simultaneamente, os estudantes recebem as avaliações impressas, juntamente com o notebook contendo a mesma avaliação em sua primeira língua, a LIBRAS. Nas avaliações de Geografia, são inseridos as imagens que ajudaram os estudantes a perceber a partir delas e da contextualização na língua de sinais, abstrair com mais assertividade as resposta.
- O maior desafio é possibilitar acessibilidade aos recursos de ensino que são componentes do ambiente da aprendizagem necessários ao desenvolvimento e formação do estudante. Esses componentes podem ser os recursos humanos, professores, auxiliares, psicólogos, psicopedagogos, coordenadores, os livros, os mapas, mobiliários, as fotografias, os vídeos, as imagens, os filmes acessíveis (Libras), os recursos naturais, etc.
- Foram implementados, a formação de uma equipe da gestão juntamente com professores que ligavam de forma individual para os familiares dos estudantes que tinham dificuldades, para uma escuta ativa e soluções efetivas, proporcionando a inclusão deste estudante ao convívio escolar. Foram disponibilizados por professores das diversas áreas de conhecimento, atividades impressas para que os familiares fossem buscar na escola. Entre outras implementações, também foram distribuídas cestas básicas, pois muitas famílias tiveram perdas financeiras durante a pandemia.

9. Como foram as aulas durante a pandemia?

- Foram inusitadas, com tempo reduzido e enfrentando obstáculos que não sabíamos que existiam. Foi tudo muito rápido e de repente tivemos que aprender a usar ferramentas que até aquele momento não tínhamos a necessidade de utilizá-las, e foi em meio a urgência do momento, ao atropelo e as cobranças exigidas da Secretaria de Educação e por consequência dos gestores escolares. Tivemos que aprender a utilizar os

aplicativos como: Zoom, Meet, Google Docs. Enfim, foi um aprendizado em termos tecnológicos e um avanço na utilização destas ferramentas. Foram momentos que impactam na rotina de todos: diretores, coordenadores, professores, estudantes e as famílias de todos os envolvidos. De repente estávamos dentro das casas dos estudantes participando de sua vida em âmbito familiar. Tivemos ali, um panorama das dificuldades enfrentadas pelas famílias dos estudantes, que de forma peculiar nos trouxe uma realidade dramática em sua grande maioria. Mesmo com a ajuda emergencial para diminuir a falta de recurso tecnológico, como o chip e acesso a internet, muitos dos familiares não tinham aparelho de celulares inteligentes (smart), o que comprometeu o acesso de muitos estudantes de forma remota. Foram momentos de muitos aprendizados e de reflexão. Afinal,

10. Quais os maiores desafios encontrados para a realização das aulas durante o ensino remoto?

- Os desafios encontrados foram com relação aos recursos tecnológicos e o uso incorreto e/ou inadequado das ferramentas tecnológicas. Os estudantes surdos não foram preparados para o uso das ferramentas utilizadas, o que dificultou o seu entendimento com relação a fixação da tela do intérprete ou do professor bilíngue, que estava transmitindo o conteúdo da aula na LIBRAS. Neste sentido, estas dificuldades foram um dos fatores que desestimulou os estudantes a permanecerem de forma ativa na atividade e aulas remotas.
- A falta de aparelhos de celulares inteligentes, também foi um desafio, pois muitos estudantes utilizavam o aparelho de forma compartilhada com a mãe, irmãos, avós e até de vizinhos, e que muitas vezes na hora da aula, estas pessoas não estavam em casa.
- Para os estudantes que tinham o aparelho de celular e ou computador, não dispunha de uma rede de internet capaz de assegurar a sua permanência na aula remota, pois a internet sempre desconectou, provocando assim a sua saída da aula remota.

APÊNDICE B - ENTREVISTA COM O PROFESSOR DE GEOGRAFIA DA ESCOLA PROFISSIONALIZANTE (REALIZADA EM 2019)

01. Qual a sua formação? Ano de conclusão do curso de licenciatura? Em qual instituição de ensino?

P - Licenciatura e bacharelado em Geografia na UFC. Especialista em Educação, Ensino Profissional e a educação de jovens e adultos no IFCE.

02. Qual tempo de magistério? E de atuação no ensino de Geografia?

P - Nove anos, desde 2010 sou concursado do estado, sempre ensinando geografia, mas já passei alguns dias mesclando em algumas escolas com o ensino religioso e sociologia. E desde 2011 também leciono em escola particular.

03. Quantos alunos, turmas e turnos o senhor possui e trabalha?

P - No estado hoje tenho 13 turmas, em média 45 alunos por sala. Na particular tenho 3 turmas, em média 30 alunos em sala.

04. Qual a sua concepção de Educação Inclusiva?

P - É aquela em que os alunos com diferentes deficiências tenham as mesmas oportunidades, que os todos “normais”.

05. Tem experiência com o ensino inclusivo? Desde quando, e quais desafios já enfrentou?

P - Desde 2015 estou lotado na EEEP JN, tendo sempre 3 turmas onde uma parte da turma é ouvinte e a outra parte é surda.

06. A estrutura curricular do curso de Licenciatura em Geografia o preparou para trabalhar em escolas inclusivas?

P - Não. De forma nenhuma. Diga-se de passagem, nem formou para a sala de aula. A instituição forma excelentes pesquisadores. Na minha época tínhamos prioritariamente 3 disciplinas voltadas para a sala de aula. Mas só só em 2 se dava aula de fato. E eram pouquíssimas aulas.

07. Qual formação (inicial e/ou continuada) e saberes acumulados sobre educação inclusiva/especial? Participação em cursos específicos? Você se sente apto para trabalhar com esta realidade?

P- Minha especialização foi na área de educação de jovens e adultos, onde existem outras carências, principalmente conteudistas. Para educação inclusiva não fiz nenhum curso específico não. Acho que a experiência em sala de aula, principalmente nas escolas regulares, onde a estrutura é precária, acaba sendo em si um enorme desafio. Já dei aula por 3 anos, para uma turma com uma distorção de idade grotesca, alunos de 15 em uma mesma sala que alunos de 50, alunos todos normais, na mesma sala com um deficiente auditivos, e, diga-se de passagem, sem interprete. Se ficava triste com isso, com certeza, mas isso vai muito além do

professor, se tem um culpado aí, o professor é o menor deles. Hoje em outra escola, nas turmas de Libras, todas as aulas são acompanhadas por um interprete de Libras, a sala tem data-shows fixos. Triste também essa diferença do nível estadual de escolas profissionais e regulares.

08. Como você, outros professores e a escola tem trabalhado diante do contexto da inclusão nas aulas de Geografia? Quais experiências com este público específico você já teve?

P - De 10 alunos que vem da UFC ou de outras instituições de ensino superior para o JP, desenvolver estudos e pesquisas, 8 buscam as turmas de LIBRAS. A questão da inclusão sempre é muito discutida na escola. Demanda dos alunos, dos pais, da gestão escolar por: salas adaptadas, provas adaptadas, questões mais visuais, textos mais simples.. Diretiva.

09. Qual a faixa etária do público com deficiência, necessidades especiais ou dificuldades de aprendizagem que chegam e permanecem na escola? Quanto tempo para passar de um ano para outro?

P - 90% dos alunos surdos são maiores de idade. Em sua maioria passam de ano, muitos passam e levam dependência de um ano para o outro.

10. Qual a participação da educação inclusiva na construção do Plano Pedagógico da escola?

P - Nunca parei para ler o PPP.

11. Como as atuais condições de trabalho facilitam/dificultam o trabalho em sala no contexto da educação inclusiva?

P - Um grande problema é a deficiência de conteúdos que os surdos, e alguns ouvintes trazem consigo do ensino fundamental, eles vêm ao longo do tempo sendo infantilizados, caem no ensino médio quase de paraquedas.

12. A infraestrutura da escola tem correspondido às demandas para a concretização do trabalho com este público específico? Se sim, citar quais, se não, citar o que poderia ser feito.

P - Mais ou menos, não só para eles, mas para toda a comunidade escolar. A educação é uma só. se ela é inclusiva, quer dizer que tem que ter os mesmos direitos que as outras turmas, desse contexto, uma escola de 50 anos, que fora adaptada para ser uma Escola Profissional. Tem muitos problemas estruturais. Mas não tão diferentes de tantas outras.

13. A equipe gestora da escola tem construído um projeto conjunto para trabalhar esta realidade? A escola tem contado com um quadro de recursos humanos especializados para trabalhar com esta realidade? E a relação com a família, a comunidade e o conjunto escolar?

P - No que cerne a gestão sempre tivemos total apoio. Cada turma tem seu professor diretor de turma, e esses (DT's) tem essa aproximação maior com alunos, pais e com os professores em geral.

14. Os recursos de ensino tem correspondido às necessidades específicas deste público que chega à escola?

P - Não. Precisamos do interesse dos alunos também. Quando vão para a sala verão, a maioria mesmo recebendo livros (novos) nem abrem em sala de aula. Não uso recursos diferenciados para essas turmas, somente livro, quadro branco, pincel, mapas e globo.

15. Como tem sido realizada a avaliação dos conteúdos de geografia para este público específico? Quais os maiores desafios? O que já tem sido implementado?

P - Mesmo modelo de prova tradicional, só que adaptada aos surdos: mais imagens, mais visual, na medida do possível a inserção do lúdico, das charges, tabelas, gráficos. Não adianta fazermos avaliações tão diferentes, pois as avaliações externas são assim. A título de escola desde o ano passado que todas ou pelo menos a maioria das provas bimestrais ela é gravada (questão por questão) e os alunos fazem prova em sala específica, olhando questão a questão a interpretação da mesma.

16. Em sua opinião como poderia ser trabalhada a educação inclusiva nas aulas de Geografia?

P - Aulas visuais, uso maior do datashow. Diante desta deficiência, surdez, quanto mais visual melhor.

APÊNDICE C - ARTIGO APRESENTADO NO CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O JOGO DIDÁTICO COMO MEDIADOR DO ENSINO DA GEOGRAFIA PARA ALUNOS SURDOS: RELATO DE UMA INTERVENÇÃO REALIZADA EM UMA ESCOLA PROFISSIONALIZANTE EM FORTALEZA-CE

Gabrielly Marcelino
Uchôa

¹ Fabrício Rodrigues
Coelho

² Davis Ellison Peixoto
Costa

³ Livia Damasceno Silva ⁴

Orientadora: Alexsandra Maria Vieira Muniz ⁵

RESUMO

O presente artigo aborda a importância do jogo pedagógico no ensino de Geografia, aplicado ao contexto de alunos surdo de uma escola profissionalizante em Fortaleza/CE. O objetivo da intervenção na escola foi apresentar novas metodologias ao professor de Geografia para o mesmo junto com os alunos possam desenvolver melhores condições para o ensino-aprendizagem, principalmente com os alunos surdos, pois o foco da intervenção é a inclusão de todos na atividade. Por tanto, para a execução do jogo pedagógico foi preciso assistir a aula do professor duas vezes para que fossemos constituindo uma visão mais ampliada do ambiente escolar. Por tanto, constatou-se que o jogo pedagógico nos mostrou resultados positivos durante a intervenção, como a interação dos alunos ouvintes com os alunos surdos ao longo do desenvolvimento da atividade.

Palavras-chave: Jogo, Geografia, Inclusão, Ensino, Surdos.

¹ Graduanda da Universidade Federal do Ceará - UFC, gabriellymarcelinouchoa@gmail.com;

² Graduando da Universidade Federal do Ceará - UFC, fabriciocoelho2401@gmail.com;

³ Graduando da Universidade Federal do Ceará - UFC, davisellison@hotmail.com;

⁴ Graduanda da Universidade Federal do Ceará - UFC, liviaslim@hotmail.com; ⁵ Professora Doutora do Departamento de Geografia da universidade Federal do Ceará - UFC, geoalexandraufc@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Atualmente muito se fala sobre a inclusão escolar onde por lei alunos com necessidade ou diferença tem o direito de estudar em escolas regulares e receber a mesma qualidade de educação que os outros alunos. Como diz Frias (2008) somente o acolhimento desses alunos nas escolas regulares não é suficiente, mas que esses alunos tenham condições efetivas de aprendizagem e no desenvolvimento das suas capacidades.

Uma escola inclusiva é aquela onde a diversidade dos alunos é valorizada e não vista como um problema, onde se acredita que essa diversidade faz com que haja maiores oportunidades de aprendizagem para a turma. De acordo com Antunes (2008) não se deve ser um ato de bondade a inclusão de pessoas diferentes, mas sim um ato de grandeza.

Carvalho (2007) conta que existe resistência de muitos professores e de familiares quanto a proposta da educação inclusiva, pois muitos professores alegam que enquanto estudantes acadêmicos não tiveram a formação para trabalhar com a educação especial, além dos familiares dos alunos ditos normais acharem que essa inserção dos seus filhos nas classes inclusivas pode prejudicar o nível de ensino, já que os professores terão que atender ao ritmo e necessidades do aluno com deficiência.

Na Declaração de Salamanca proposta na década de 90, tem-se o objetivo da Educação para Todos onde os alunos que tenham alguma necessidade educativa especial vão receber a mesma educação e no mesmo espaço que os alunos do sistema regular de educação.

Por muitas vezes os alunos visualizam a disciplina de Geografia como uma matéria decorativa e alguns professores não instigam os alunos a serem pensadores. Klimek (2010) aponta que com novos métodos de ensino se pode melhorar a motivação dos alunos, quando os torna ativos na produção de valores, conceitos e habilidades.

Para muitos os jogos didáticos são vistos mais como uma forma de lazer do que como de caráter formador, pois difere das práticas de ensino tradicional. Os jogos visam complementar o livro didático nas salas de aula fazendo que de forma lúdica o aluno venha a pensar e ter um senso crítico para resolver as situações-problemas e interagir com os demais alunos trabalhando em grupo. Os jogos são um método didático de grande importância, por ter um caráter desafiador e é uma ferramenta atrativa para o ensino da geografia no ensino regular. Este artigo tem como objetivo apresentar o jogo didático como mediador do ensino da geografia para a educação inclusiva, a partir de uma intervenção realizada em uma turma do 3ºano do Ensino Médio LIBRAS em uma escola profissionalizante na cidade de Fortaleza-CE.

METODOLOGIA

Para obtermos resultados precisos, utilizamos a pesquisa de campo, onde por dois dias estávamos em sala de aula, com ênfase na observação sobre as relações de aluno-aluno e aluno- professor tanto no momento da explanação do conteúdo quanto no momento da intervenção. Também foi utilizada a pesquisa descritiva, onde foi aplicado um questionário para o professor de geografia, onde é perguntado para ele sobre suas experiências com a educação inclusiva, como é trabalhar com esses alunos e o papel da escola nessa educação.

O jogo utilizado na intervenção consiste em: uma espécie de tabuleiro contendo o mapa do Brasil, o da Região Metropolitana de Fortaleza e o Mapa da América, um envelope contendo dez cartas e cada carta terá uma pergunta sobre migração, setas para fazer a identificação das migrações, e algumas pecinhas que terão os fatores tanto de repulsão como atrativo para que os alunos identifiquem um exemplo de país que represente algum desses fatores, e bandeirinhas para identificar quais países ajudaram na formação da nação brasileira. De acordo com a pergunta, o grupo terá que representar com a seta ou alguma pecinha ou bandeirinha a resposta no mapa em que a resposta se encontra. Como trabalharemos com alunos surdos, no tabuleiro o nome do jogo (jogo das migrações) estará escrito em LIBRAS como mostra a figura (01). O objetivo da atividade era com que tanto os alunos surdos como os ouvintes pudessem dialogar e discutir as perguntas e respostas do jogo.



FIGURA 1: Tabuleiro do Jogo das Migrações todo respondido. Fonte: Elaborado pelo autor.

A FIGURA 1 mostra o jogo já finalizado, respondido pelos alunos da turma do terceiro ano do Ensino Médio LIBRAS.



FIGURA 2: Cartas utilizadas no Jogo das Migrações. Fonte: Elaborado pelo autor.

As perguntas foram elaboradas de acordo com o que observamos na fala do professor durante as aulas sobre migrações realizadas duas semanas antes da intervenção onde acompanhamos como ouvintes, e também levando em consideração o conhecimento prévio dos alunos sobre o tema.



FIGURA 3: Bandeiras de alguns países que contribuíram para a formação da nação brasileira, e que foram usadas como peças no jogo. Fonte: Google Imagens.

Respondendo à questão número sete, as bandeiras da Itália, Alemanha, Japão, Portugal e Espanha representam os principais fluxos de imigração que ocorreram no Brasil em meados dos séculos XIX e XX, e contribuíram para a formação da nação brasileira. Como dicas colocamos na sétima questão um estereótipo representando cada país.



FIGURA 4: Peças utilizadas no jogo representando os fatores de atração das migrações: melhores condições de vida, melhoria de renda e empregos. Fonte: Google Imagens.

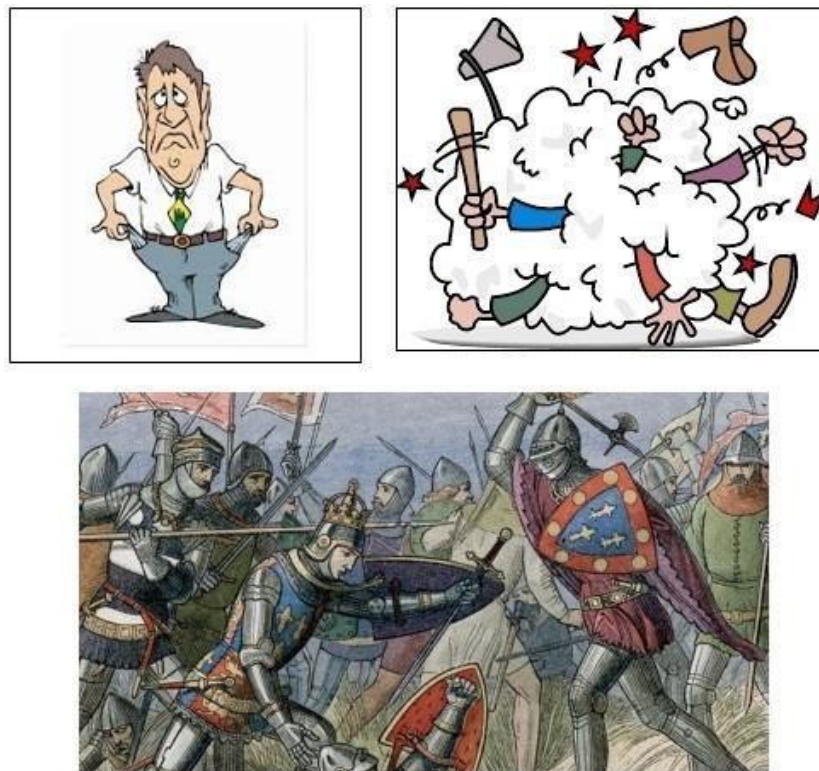


FIGURA 5: Peças utilizadas no jogo que representam os fatores de repulsão das migrações: desemprego, intolerância e guerras. Fonte: Google Imagens.

As FIGURAS 4 e 5 respectivamente irão representar as imagens utilizadas para responder às questões 9 e 10, onde é perguntado sobre os fatores atrativos e repulsivos para que ocorra a imigração, e, explicitar no mapa um país que possua esses aspectos de atração e repulsão.

DESENVOLVIMENTO

O art. 58 da Lei de Diretrizes e Bases relata que a educação especial é oferecida de forma preferencial na rede regular de ensino, para alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades.

Stainback e Stainback (1999) falam que educando todos os alunos juntos, as pessoas com deficiência terão oportunidades para se prepararem para uma vida em comunidade, os professores irão melhorar suas habilidades profissionais e a sociedade vai de forma consciente funcionar de acordo com a igualdade para todos, com resultados de melhorias da paz social.

As pessoas preocupadas com o ensino exigem reforma, reestruturação e renovação das escolas. Os alunos, os pais, os professores e os diretores que estão ativamente envolvidos no trabalho cotidiano de incluir alunos com deficiências importantes representam uma força cultural poderosa para a renovação da escola [...] (STAINBACK E STAINBACK, 1999, p. 49).

Atualmente existem diversas leis que se dizem respeito à educação de surdos, sua língua de sinais, sua cultura e à acessibilidade da comunicação para que possam trabalhar, estudar e serem incluídos na sociedade, como diz Campos (2018).

Lacerda, Santos e Caetano (2018) ditam que o professor do aluno surdo não precisa necessariamente só conhecer a língua de sinais, se não existir uma boa metodologia para servir de suporte com o que está sendo ministrado, fazendo com que incida a necessidade da formação de professores que elaborem boas aulas que sejam claras e que também possam facilitar a atuação do intérprete e que o aluno surdo possa ter uma fácil compreensão.

Por outro lado, o projetor de slides mostra-se um recurso fundamental para o trabalho com surdos, e os futuros professores podem defender, e exigir, esse tipo de equipamento no espaço em que se desenvolve a educação de surdos. As escolas, principalmente as públicas, sofrem com a precariedade e a falta desses recursos, mas eles existem, e ser claro quanto a necessidade dos mesmos pode fazer diferença na hora de buscá-los. (LACERDA, SANTOS E CAETANO, 2018, p. 192).

É notório observar que quando o professor chega em sala de aula com diferentes abordagens como os jogos, é nítido ver que o aluno se sentem mais interessados no que é diferente daquilo que é tradicional, e é movido pela curiosidade para participarem dessas atividades, fazendo com que a aula seja mais dinâmica e de certa forma satisfatória.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em uma das visitas à escola, o professor nos relata que para o público em questão é ideal que a aula fosse ministrada com diversas imagens sobre o conteúdo para melhor entendimento

do conteúdo, entretanto o professor diz que não tem muito tempo para elaborar aulas com o auxílio do data show, por isso acabam ministrando sua aula do modo tradicional: lousa, pincel e o livro didático. Também nos é mostrado o mapa de notas da turma escolhida para a realização da intervenção, e é notório ver a diferença entre os alunos surdos e os ouvintes, onde os alunos surdos apresentam um baixo rendimento no que se diz respeito a disciplina de geografia. O professor também nos conta que já teve turmas onde os alunos ouvintes não gostavam que o professor demorasse tanto para ministrar o conteúdo por conta dos alunos surdos que levavam um pouco mais de tempo para compreender o conteúdo, mas na turma escolhida vimos que há uma boa integração entre os alunos ouvintes e não ouvintes.

Ainda em relação à diversidade, devido ao tradicionalismo da maioria de nossas escolas, uma das questões problemáticas para muitos de nossos professores é: como desenvolver a prática pedagógica comum para todos e, ao mesmo tempo, sensível à diversidade, às diferenças individuais? (CARVALHO, 2007, p. 89).

Por ser uma escola profissionalizante, escolhemos a turma de LIBRAS do terceiro ano que é composta por 25 alunos (18 ouvintes e 7 alunos surdos). Na escola cada turma tem uma intérprete de LIBRAS, ela nos orientou a realizar o jogo com o alfabeto da língua portuguesa e várias ilustrações para facilitar na compreensão do mesmo.

No nosso primeiro contato com a turma, acompanhamos duas aulas de geografia e percebemos que os alunos de modo geral se dispersaram rapidamente, mas foi interessante perceber que todos os alunos se comunicam através das LIBRAS.

Na turma trabalhada se tem duas aulas de geografia, combinamos com o professor que no primeiro momento seria aula expositiva e no segundo seria realizado a intervenção. O plano inicial era dividir a sala em cinco equipes de cinco pessoas, mas devido ao fato de que alguns alunos faltaram no dia, a turma foi dividida em apenas quatro grupos.

Cada grupo recebeu: um tabuleiro contendo a imagem de três mapas (Região Metropolitana de Fortaleza, do Brasil, e da América); um envelope contendo diversas setas com diferentes tamanhos e cores que indicam os fluxos migratórios; algumas pecinhas como bandeira de países que contribuíram para a formação do povo brasileiro, imagens que indicam fatores negativos e positivos para a migração; e dez cartas cada uma contendo uma questão, abaixo de cada carta tem uma imagem pequena de uma seta ou de um quadrado, se a carta conter a seta significa que a resposta que deverá conter no mapa representa fluxo migratório, e a imagem do quadrado na questão representa que no mapa terá que ser colocada as pecinhas no local da resposta.

O objetivo principal do jogo era usar do conhecimento prévio dos alunos para que eles pudessem interpretar as perguntas, logo após utilizar as peças ou as setas para indicar a resposta no mapa, desta forma refletir de uma forma mais dinâmica sobre o conteúdo já visto.

Toda a turma pareceu bem disposta a realizar o jogo, não se teve problemas para dividir os grupos, e durante a execução do mesmo os alunos que tinham dúvidas nos solicitaram para atendê-los e com isso vimos que a turma possuía um grande déficit em geografia, pois as perguntas foram elaboradas prevendo o conhecimento prévio dos alunos de maneira simples e de fácil compreensão, fazendo com que o jogo se parecesse um pouco infantil, mas que a maioria dos alunos tiveram grande dificuldade para responder a maioria das questões, já outras responderam de forma fácil e rápida.

O interessante foi ver que no decorrer do jogo, a cada dúvida que nos era feita pelos alunos ouvintes, eles iam e explicavam para os alunos surdos as respostas que nós passávamos para eles, e foi notório observar que todos os alunos dos grupos estavam em conjunto dialogando e discutindo as questões e respostas do jogo.

Logo após toda a intervenção, realizamos uma entrevista com o professor de geografia da escola, em resumo ele diz que começou a trabalhar no ensino inclusivo em 2015, e que os licenciados da sua época de graduação não foram preparados para trabalhar nessas escolas, ele também fala que 90% dos alunos surdos são maiores de idade e que um grande problema é a deficiência que os alunos surdos trazem consigo desde o ensino fundamental e que ao longo do tempo os mesmos vem sendo infantilizados. Ele diz também que usa somente livro, o quadro branco, o globo e mapas nas aulas, e não usa recursos diferenciados para as turmas, e coo avaliação ele adapta as provas tradicionais com mais imagens, tenta inserir sempre que possível gráficos, charges, tabelas e quanto mais elementos visuais para os alunos surdos melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, com base nas observações feitas no ambiente escolar no contexto de alunos que são inclusivos, foi possível compreender, pelo menos a base, desse amplo contexto, que é a Educação Inclusiva. Findamos este trabalho na certeza de que a inclusão, principalmente no ambiente escolar, é de suma importância para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

Além da importância de que é necessário a formação dos futuros professores desde a graduação dos mesmos para lecionarem nas escolas inclusivas, e que com essa formação e com

diferentes metodologias, pode ser feito um trabalho mais satisfatório e que agregue um maior conhecimento tanto para os alunos inclusivos como para os demais alunos.

Ao longo desse processo pedagógico e com a elaboração do jogo pedagógico, intitulado “Jogo das Migrações” é correto afirmar a importância de novas metodologias para o ensino- aprendizagem desses alunos, que em suma, estão entre os que têm baixo índice de aprendizagem, devido a práticas que levassem os mesmos para a uma boa formação escolar e para que tenhamos um bom ensino-aprendizagem, precisamos inovar nesses casos é o jogo pedagógico mostrou ser uma ferramenta ímpar nesse processo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **INCLUSÃO: o nascer de uma nova pedagogia**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/1996. Brasília, 1996.

CAMPOS, Mariana de Lima Isaac Leandro. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA SURDOS E AS POLÍTICAS VIGENTES**. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (coord.). **Tenho um aluno surdo, e agora?:** Introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Paulo: EDUFSCAR, 2018. cap. 3, p. 37-61.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: Com os pingos nos "is"**. 5ª. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

FONSECA, Ricardo Lopes; TORRES, Eloiza Cristiane. Adaptações na Prática do Ensino de Geografia para Alunos Surdos. **Geografia (Londrina)**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 05-25, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/14353/16849>. Acesso em: 10 set. 2019.

FRIAS, Elzabel Maria Alberton; MENEZES, Maria Christine Berdusco. **Inclusão Escolar do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais: contribuições ao professor do ensino regular**. PDE, FAFIPA, 2008.

KLIMEK, Rafael Luís Cecato. Como aprender Geografia com a utilização de jogos e situações- problema. In: PASSINI, Elza Yasuko. **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 117-123.

LACERDA, Cristina Broglie Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos; CAETANO, Juliana Fonseca. **ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS PARA O ENSINO DE ALUNOS SURDOS**. In:

LACERDA, Cristina Broglie Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (org.). **Tenho um aluno surdo, e agora?**: Introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Paulo: EDUFSCAR, 2018. cap. 11, p. 185-200.

SILVA, Vlândia da; MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira. A Geografia escolar e os recursos didáticos: o uso das maquetes no ensino-aprendizagem da Geografia. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 3, n. 5, p. 62-68, 2012.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **INCLUSÃO**: Um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNESCO (Espanha). **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E ENQUADRAMENTO DA ACÇÃO NA ÁREA DAS NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: ACESSO E QUALIDADE**. Espanha: [s. n.], 1994. 49 p. Disponível em: [http://www.pnl2027.gov.pt/np4Admin/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf](http://www.pnl2027.gov.pt/np4Admin/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf). Acesso em: 11 set. 2019.